



SOBERANIA TERRITORIAL NA AMAZÔNIA

RELATÓRIO FINAL



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Brenno Cesar Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

CONTATOS

imprensa@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234

Vila Mariana - São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299

Sumário

Apresentação.....	5
Programação do seminário : Soberania territorial na Amazônia.....	11
Diagnóstico do legado herdado (2019–2022).....	14
Avanços do governo Lula III (2023–2026)	16
Diretrizes e propostas para a Amazônia no Governo Lula IV.....	20
Eixo I - Governança, democracia e soberania territorial.....	20
Diretrizes e propostas para a política externa e soberania : dimensão geopolítica da Amazônia.....	22
Diretrizes e propostas para o controle da expansão da fronteira agrícola na Pan-Amazônia.....	24
Diretrizes e propostas para a política de governança democrática com e para a Amazônia.....	25
Diretrizes e propostas para a política de desigualdades e equidade	26
Diretrizes e propostas para a política de segurança pública e soberania territorial.....	27
Eixo II - Território, cidades e campo.....	29
Diretrizes e propostas para as políticas de provisão de serviços públicos de qualidade nas cidades e no campo	30
Diretrizes e propostas para políticas conectadas aos modos de vida e às múltiplas dimensões socioculturais das cidades amazônicas.....	31
Diretrizes e propostas para as políticas de produção de alimentos saudáveis com assistência e tecnologia adequados às especificidades amazônicas	32
Eixo III - Amazônia: território de convergência das políticas de saúde, educação e cultura para o desenvolvimento sustentável.....	33
Diretrizes e propostas para a política de soberania, equidade e inovação em saúde na Amazônia.....	35
Diretrizes e propostas para as políticas de Educação Pública de qualidade.....	39
Diretrizes e propostas para as políticas de Cultura, memória e identidade amazônica.....	42
Eixo IV - Estratégias de desenvolvimento sustentável e inovação territorial na Amazônia	44
Diretrizes e propostas para a política de Ciência, tecnologia e inovação territorial.....	46
Diretrizes e propostas para políticas de meio ambiente e transição justa.....	50
Eixo V - A Amazônia como Vetor Estratégico do Desenvolvimento Nacional.....	52
Diretrizes e propostas para o desenvolvimento amazônico, bioeconomia da sociobiodiversidade.....	53

Diretrizes e propostas para a política fiscal do desenvolvimento sustentável.....	56
Diretrizes e propostas para as políticas de economia solidária	57
Diretrizes e propostas para as políticas de trabalho e proteção social.....	58
Anexo I – Documentos entregues aos organizadores do Seminário:	60
Anexo II - Participantes.....	62



Foto: Lincoln Barbosa

APRESENTAÇÃO

Amazônia não é um problema a ser gerenciado. É um território de vida, de conhecimento e de futuro — habitado por povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, agricultores familiares, trabalhadores urbanos, cientistas e gestores públicos que constroem, a partir de dentro, formas próprias de existência, saber e desenvolvimento. É dessa premissa que parte este documento.

Produzido a partir dos debates do Seminário “Soberania Territorial na Amazônia”, organizado pela Fundação Perseu Abramo, este documento sistematiza diretrizes e propostas de

um programa para a Amazônia no governo Lula IV - ciclo 2027–2030, estruturadas em cinco grandes eixos: governança, democracia e soberania territorial; território, cidade e campo; saúde, educação e cultura; ciência, tecnologia e inovação; e desenvolvimento amazônico como vetor estratégico nacional. Não se trata de cinco agendas paralelas, mas de dimensões interdependentes de um único projeto — a construção de uma Amazônia soberana, justa e sustentável.

O fio condutor é o conceito ampliado de soberania territorial: não apenas a defesa de fronteiras, mas a capacida-

de pública de garantir que os amazônidas vivam com qualidade de vida, trabalho, educação, saúde, moradia, segurança e alegria. Soberania que se constrói com os povos da região, a partir do respeito às suas identidades plurais, etnoculturais e às suas relações ancestrais entre natureza e cultura. Soberania que enfrenta, ao mesmo tempo, o avanço do crime organizado, o colonialismo verde, a concentração fundiária, a invisibilidade epistemológica e as assimetrias federativas que, historicamente, colocaram a Amazônia a serviço de interesses externos.

A questão fundiária — reforma agrária, regularização, titulação coletiva e combate à grilagem — é o ponto de partida incontornável de qualquer projeto de soberania territorial para a região. A governança para a Amazônia exige, ao mesmo tempo, presença estatal permanente e democracia real. O Estado que chega de fora, de forma pontual e sem escuta, não produz soberania — produz dependência. A reconstrução dos organismos federais nos territórios, a territorialização da participação social, a reforma do modelo federativo de financiamento e o Pacto Amazônico de Governança Territorial são condições para que o poder público deixe de ser ausência e passe a ser parceiro das populações que guardam e transformam a floresta.

As políticas de saúde, educação e

cultura não são acessórias ao desenvolvimento — são seu núcleo. A Amazônia concentra indicadores de morbimortalidade entre os mais críticos do país, déficits educacionais históricos e expressões culturais que resistem à invisibilidade com que foram tratadas pelas políticas nacionais. SUS universal, escola de qualidade e cultura amazônica não cabem em modelos concebidos para outras realidades: exigem territorialização, reconhecimento da soberania epistemológica dos povos da região e a compreensão de que os saberes tradicionais são conhecimentos legítimos e estratégicos — não folclore a ser tolerado.

O deslocamento conceitual que orienta este relatório é, ao fim, simples e radical: a Amazônia deve ser compreendida não como periferia extrativa, mas como eixo estratégico do desenvolvimento nacional — um lugar decisivo para o futuro do Brasil e do mundo. Os territórios regularizados, as cadeias da sociobiodiversidade, a inovação ecossistêmica, a diversidade cultural e a participação dos povos amazônicos são fundamentos de uma nação soberana — não passivos a administrar.

Este relatório é uma contribuição a esse projeto. As propostas aqui sistematizadas emergem das vozes de quem vive, pesquisa, governa e resiste na Amazônia — e expressam a convicção de que governar a região

exige marcos jurídicos, estruturas orçamentárias e desenhos institucionais construídos a partir dela, com ela e para ela. São propostas compro-

metidas com o princípio enunciado por este Seminário: proteger a Amazônia exige que seus povos vivam nela com dignidade.

Comissão de Organização:

Claudinha Lima

Esther Bemerguy Ima Vieira

João Batista

Marilene Corrêa

Raimunda Monteiro

Tatiana Sá

Foto: Fernando Frazão / Agência Brasil



LISTA DE SIGLAS

ABC	Universidade Federal do ABC – São Paulo (UFABC)
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
AIS	Agentes Indígenas de Saúde
AISAN	Agentes Indígenas de Saneamento
AMB	Articulação das Mulheres Brasileiras
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
APS	Atenção Primária à Saúde
ATAIC	Articulação Territorial de Ações de Iniciativas Climáticas
ATENS	Associação dos Trabalhadores em Educação e Natureza Social
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CEIS	Complexo Econômico-Industrial da Saúde
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COP30	30ª Conferência das Partes da UNFCCC, realizada em Belém (PA), nov/2025
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DEAM	Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher
DITT	Distritos Industriais Temáticos Territoriais
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAIND	Faculdade Intercultural Indígena — Univ. Fed. da Grande Dourados (UFGD)

FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FPA	Fundação Perseu Abramo
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GT	Grupo de Trabalho
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
BAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IIAP	Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIA	Instituto Nacional de Innovación Agraria (Peru)
INIAP	Instituto Nacional Autónomo de Investigaciones Agropecuarias (Equador)
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPS	Índice de Progresso Social
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MN	Museu Nacional — Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MTUR	Ministério do Turismo
NAPP	Núcleo de análise de políticas públicas — subgrupo Amazônia (FPA)
NUMUR	Núcleo da Mulher Rural (denominação referenciada no documento, não explicitada)

OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDPCT	Plano Nacional de Desenv. Sustentável dos Povos e Com.Tradicionais
PLANAVEG	Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPGAU	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo — UFPA
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCTA/MCTI	Subsecretaria de Ciência e Tec. para a Amazônia / Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENASAG	Servicio Nacional de Sanidad Agropecuaria e Inocuidad Alimentaria (Bolívia)
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UBSF	Unidade Básica de Saúde Fluvial
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNAFISCO	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change)
USP	Universidade de São Paulo
ZFM	Zona Franca de Manaus

Programação do seminário: Soberania territorial na Amazônia

Sessão	Tema, coordenador, redator, participantes	Debatedores
Abertura 27/06/2026	Soberania territorial na Amazônia Coordenador: Sibá Machado (ex-senador-AC) Presidente do PT, Edinho Silva (mensagem por vídeo) Deputado federal Aírton Faleiro (PT-PA) Coordenador do programa de governo “Pelo Brasil e pelos brasileiros”, José Sérgio Gabrielli Paulo Rocha (ex-senador-PA) Coordenadora: Claudinha Lima Fund. Perseu Abramo: Brenno Cesar Almeida (pres.– FPA) Fund. Leonel Brizola/Alberto Pasq.: Ademir Ramos (PDT-AM) Fund. Verde Herbert Daniel : José Carlos Lima (PV-PA) Fund. Maurício Grabois: Andre Tokarski (PCdoB – GO)	
Mesa 1 27/06/2026	Governança, democracia e soberania territorial Coordenadora: Marilene Corrêa (professora – UFAM) Relator: Pedro Barros (pesquisador-IPEA) Coordenadores dos eixos do programa de governo “Pelo Brasil e pelos brasileiros” Wagner Romão : Governança democrática e participação social Vivian Faria : Combate às desigualdades e promoção da equidade Ruan Bernardo de Brito: Segurança pública e redução da violência Perspectiva regional: Valter Pomar (professor – ABC-SP): Dimensão Geopolítica da Pan-Amazônia Edna Castro (professora – UFPA) : Governança, democracia e soberania para e com a Amazônia Jarbas Vasconcelos (Ex secretário de Segurança pública -PA) : Segurança e combate à violência nas cidades, no campo, nos territórios indígenas e nas fronteiras.	Dão Real (UNAFISCO) Marcelo Ramos (PT-AM) Joênia Wapichana (Ex-Presidente da FUNAI) Flávio Werneck (PF) Fábio Pacheco (ANA Amazônia / CNAPO – MA) Ana Euler (pesquisadora – EMBRAPA-AP)

Mesa 2 27/06/2026	Território, Cidades e Campo Coordenadora: Nírvea Ravena (pesquisadora – UFPA) Relatora: Tatiana Sá (pesquisadora aposentada, EMBRAPA, ABA) Coordenadores dos eixos do programa de governo “Pelo Brasil e pelos brasileiros” Luíza Brazuna: Eficiência da gestão e dos serviços públicos Moisés Savian : Desenvolvimento rural e segurança alimentar Perspectiva regional: Tião Viana (Ex governador-AC) : Provisão de serviços públicos de qualidade nas cidades e no campo Doriane Azevedo (professora – UFMT): Cidades conectadas aos modos de vida e às múltiplas dimensões socioculturais da região Rosa Neide (professora - UFMT) : Produção de alimentos saudáveis com assistência e tecnologia adequados às especificidades amazônicas Jorge Panzera (PcdoB-PA) Márcio Pochmann (PT-SP)	Dionísia Nagahama (pesquisadora-IMPA) Adilson Vieira (GTA – AM) Danielle Wagner (UFOPA / ABA – PA) Girolamo Treccani (Professor-UFPA) Sara Pereira (FASE) Elisa Vandeli (Pesquisadora – EMBRAPA-AM)
Mesa 3 28/06/2026	Integrando Saúde, Educação e Cultura para o Desenvolvimento Regional Coordenador: José Geraldo Ticianeli (professor-UFRR) Relator: Eglê Wanzeler (professora – UFAM) Coordenadores dos eixos do programa “Pelo Brasil e pelos brasileiros” Giliate Coelho: Saúde e educação como direitos universais Perspectiva regional: Paulo de Tarso (professor -UFPA): Saúde Universal e Cuidado: implementação do SUS no contexto amazônico Gilmar Pereira (Professor – UFPA): Educação Pública e de Qualidade em contexto amazônico Eliaquim Rufino (Professor – (UFRR): Cultura transformadora e valorização dos saberes regionais como patrimônio estratégico	Binho Marques (Ex governador - AC) Ana Cláudia Cardoso (Pesquisadora – UFPA) Eliel Benites Guarani Kaio-wá (professor FAIND/UFGD)

Mesa 4 28/06/2026	Estratégias de desenvolvimento sustentável e inovação territorial na Amazônia Coordenador da mesa : Nilson Gabas (pesquisador – MPEG) Relator: Ima Vieira (pesquisadora – MPEG - PA) Coordenadores dos eixos do programa “Pelo Brasil e pelos brasileiros” Daniela Carvalho: Inovação, digitalização e Neoindustrialização Ivan Paixão: Transição energética e enfrentamento da crise climática Perspectiva regional: Raimunda Monteiro (professora – UFOPA): Sistema regional de C, T e I e Arranjos territorializados de conhecimento João Capiberibe (Ex governador - AP): Alternativas de tecnologias sociais descentralizadas e de baixo impacto ambiental Paulo Artaxo (Pesquisador – USP) : Priorização e urgência das políticas de enfrentamento da crise climática	Josi Malheiros (ATAIC) Alessandra Korap (Munduruku) Yuri Paulino (MAB) Edel Moraes (pesquisadora) Gilberto Câmara (pesquisador-FGV)
Mesa 5 28/06/2026	A Amazônia como vetor estratégico do desenvolvimento nacional Coordenadora da mesa: Esther Bemerguy (FPA) Relator: Pedro Neves (professor-UFPA) Coordenadores dos eixos do programa de governo “Pelo Brasil e pelos brasileiros” Rildo Simões: Desenvolvimento econômico e Novas economias Artur Henrique: Futuro do trabalho e proteção social Perspectiva regional: Francisco de Assis Costa (pesquisador – UFPA): Os desafios do desenvolvimento sustentável na Amazônia Cássio Pereira (pesquisador-IPAM): Restauração biocultural e serviços ecossistêmicos João Cláudio - (Professor-UNAMA) : Trabalho e proteção social nas cidades, no campo e na floresta Relatoria final do Seminário: Esther Bemerguy	Manoel Peixe (Ecocentro/PA) Noval Benayon (Professor UFAM- AM) Quenes Payayá (Setorial Nacional Povos Indígenas PT) Guilherme Carvalho (FASE/SBPC) Roberto Porro (Pesquisador, EMBRAPA-PA)



Foto: Mario Oliveira

Diagnóstico do legado herdado (2019–2022)

O governo Bolsonaro promoveu um retrocesso deliberado e sistemático da governança ambiental brasileira com impactos profundos sobre a Amazônia. O orçamento do Ministério do Meio Ambiente foi reduzido ao menor patamar em décadas. Os órgãos de fiscalização — IBAMA e ICMBio — foram esvaziados de quadros e recursos, e as operações de controle do desmatamento foram paralisadas. O Fundo Amazônia foi suspenso por toda a duração do mandato, rompendo acordos de cooperação climática com os países doadores e interrompendo investimentos em conservação e produção sustentável. O resultado foi um ciclo de destruição ambiental sem

precedentes no período recente, com o desmatamento atingindo os patamares mais elevados desde o início do monitoramento por satélite e a incidência de fogo, inclusive intencional, concentrados sobretudo em Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

A destruição ambiental foi acompanhada de esvaziamento estrutural dos instrumentos de proteção da biodiversidade e dos territórios. A tentativa de legalizar a mineração em Terras Indígenas, a fragilização dos processos de demarcação e o estímulo sistemático ao garimpo ilegal comprometeram de forma grave o patrimônio biológico e cultural da Amazônia. A FUNAI teve sua capa-

cidade operacional drasticamente reduzida. O enfraquecimento das instâncias de proteção aos conhecimentos tradicionais abriu caminho para a biopirataria sem resposta estatal. O Brasil se isolou internacionalmente na pauta climática e tornou-se alvo de restrições comerciais europeias associadas à destruição florestal.

O tratamento dispensado aos povos indígenas durante o mandato Bolsonaro configurou grave retrocesso nas políticas de proteção dos direitos originários. As invasões de Terras Indígenas por garimpeiros, madeireiros e grileiros atingiram proporções de emergência humanitária, com o sistema de saúde indígena sistematicamente subfinanciado e desmontado. O território Yanomami tornou-se o símbolo mais dramático desse processo: comunidades inteiras foram privadas de atenção à saúde, os rios foram contaminados pelo mercúrio do garimpo e crianças morreram por doenças plenamente evitáveis, configurando uma crise humanitária reconhecida pelos órgãos judiciais e pela opinião pública nacional e internacional.

No campo da economia e do trabalho, o período foi marcado pela deterioração do mercado formal e pelo abandono das políticas de apoio à produção familiar. A informalidade atingiu níveis estruturalmente elevados na Região Norte, combinada

com os menores rendimentos médios do país. O Programa de Aquisição de Alimentos foi praticamente extinto. O PRONAF perdeu recursos. A assistência técnica para a agricultura familiar agroextrativista foi desmontada. A política agrícola privilegiou sistematicamente o agronegócio de exportação em detrimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da segurança alimentar das populações amazônicas.

Na saúde, o negacionismo científico produziu consequências letais para a Amazônia. A hesitação na aquisição de vacinas e o desmantelamento do sistema de saúde indígena agravaram de forma desproporcional o impacto da pandemia na região, com o colapso hospitalar em Manaus como expressão mais trágica desse abandono. O Programa Mais Médicos foi desmontado e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas ficaram sem cobertura médica adequada. Na educação, cortes nas universidades federais, paralisia de concursos docentes e um ambiente institucional hostil à ciência comprometeram a formação e a pesquisa. O Novo Ensino Médio foi implantado sem consulta à sociedade. Na habitação, o programa federal foi esvaziado de metas e recursos para as faixas de menor renda, sem nenhuma política específica para as várzeas, comunidades ribeirinhas e territórios coletivos da Amazônia.



Foto: Fernando Frazão / Agência Brasil

Avanços do governo Lula III (2023–2026)

A reversão da política ambiental do período anterior foi imediata e estrutural. No primeiro dia de governo, foi decretada a emergência sanitária no território Yanomami e iniciada a maior operação de desintrusão de garimpeiros em Terra Indígena da história recente do Brasil. O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) foi reativado, com crescimento expressivo das autuações ambientais e intensificação das operações conjuntas entre o IBAMA, a Polícia Federal e os governos estaduais. A Amazônia registrou queda consistente e progressiva no desmatamento ao longo de todo o mandato. O Mapa do Caminho pa-

ra o Fim do Desmatamento até 2035, apresentado pelo Brasil na COP30, recebeu amplo apoio internacional e estabeleceu marcos anuais de redução com a Amazônia Legal como epicentro da ambição climática brasileira.

A restauração da governança ambiental veio acompanhada da construção de uma arquitetura climática sem precedentes. O Plano Clima, formulado sob coordenação interministerial, colocou o controle do desmatamento amazônico como variável central para o cumprimento das metas brasileiras de redução de emissões — reconhecendo que, sem a floresta em pé, nenhum outro setor compensa o déficit climático nacional. O Plano de Trans-

formação Ecológica, coordenado pelo Ministério da Fazenda, reconfigurou a política econômica em torno de uma agenda verde que tem a Amazônia como principal ativo estratégico. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima foi recriado com status ampliado; o Ministério dos Povos Indígenas foi criado pela primeira vez na história do Brasil; e o IBAMA e o ICMBio foram reforçados com concursos e recomposição orçamentária.

A realização da COP30 em Belém, em novembro de 2025 — a primeira Conferência das Partes da UNFCCC sediada na Amazônia —, foi o acontecimento geopolítico mais relevante para a região desde o Eco-92. Ao longo de doze dias de negociações, o Brasil consolidou seu protagonismo na agenda climática global, e a cidade de Belém tornou-se, diante de delegações de mais de cento e noventa países, síntese viva da tensão entre o modelo predatório e a alternativa representada pela floresta habitada e produtiva. A COP30 criou obrigações internacionais que reforçam a pressão por controle territorial e proteção da sociobiodiversidade amazônica, e colocou os povos da floresta — indígenas, ribeirinhos, extrativistas — no centro do debate global sobre o futuro do planeta.

A dimensão financeira da política climática ganhou corpo em instrumentos específicos que têm a Amazônia como principal destino. O Fundo

Amazônia, reativado após quatro anos de paralisação, alcançou os maiores volumes de apoio de sua história, com projetos distribuídos em quatro eixos — produção sustentável, monitoramento e controle do desmatamento, ordenamento territorial e fundiário, e ciência, inovação e instrumentos econômicos. O Fundo Clima viabilizou projetos de descarbonização da economia amazônica: energia renovável em sistemas isolados, saneamento ambiental e transição de cadeias produtivas. O Programa Eco Invest Brasil estabeleceu mecanismo inédito de financiamento verde internacional, direcionando recursos que seriam alocados no exterior para projetos sustentáveis no Brasil, com a Amazônia como principal beneficiária.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PDPCT) — o primeiro da história do Brasil — articulou de forma integrada território, cultura, saúde diferenciada, educação própria, segurança alimentar e acesso a direitos, dimensões indissociáveis no contexto amazônico. O SESA foi reconstruído com orçamento e controle social adequados. O processo de demarcação de Terras Indígenas foi retomado. Nos territórios mais afetados pela emergência humanitária herdada, foram implementadas ações de desintrusão, restabelecimento dos serviços de saúde, segurança alimentar e proteção territorial, revertendo gradualmente

um quadro de abandono sistêmico que custou vidas e comprometeu a dignidade de comunidades inteiras.

A reconstrução do Estado na Amazônia foi marca estrutural do governo. O maior concurso público da história do Brasil recompôs quadros em ministérios estratégicos para a região — IBAMA, MMA, FUNAI, Ministério dos Povos Indígenas, INCRA, CONAB e universidades federais. O Programa de Aquisição de Alimentos foi recriado e expandido, retomando a compra da produção familiar para distribuição em equipamentos sociais. O PRO-NAF foi reforçado com linhas específicas para a bioeconomia amazônica, a agroecologia e os sistemas agroflorestais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar ampliou a cota de compras da agricultura familiar, com ênfase na regionalização da merenda — dimensão estratégica para municípios amazônicos que dependem de cadeias locais de produção.

No campo econômico, o mercado de trabalho da Região Norte registrou avanços históricos, com as taxas de desocupação nos estados do Amazonas, Pará e Amapá atingindo os menores patamares de suas respectivas séries históricas. O rendimento médio real dos trabalhadores da região cresceu de forma expressiva, embora a informalidade permaneça como desafio, exigindo políticas específicas de formalização nas cadeias da sociobiodiversidade. O Polo Industrial de Ma-

naus encerrou o período com faturamento histórico e base de empregos direta e indiretamente estável, reafirmando a centralidade da Zona Franca como instrumento de desenvolvimento regional e abrindo espaço para o debate sobre sua descentralização e interiorização com base em recursos naturais renováveis.

Na saúde, a retomada da política pública foi imediata e de grande amplitude. O SESAI foi reconstruído com recursos, pessoal e controle social adequados, e a cobertura médica nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas saltou de um patamar mínimo para uma rede expressiva de profissionais. O Programa Mais Médicos foi amplamente retomado, com milhares de profissionais em atuação em municípios amazônicos de difícil acesso. A Agenda Estratégica Mais Saúde Amazônia Brasil 2025–2027 — o maior programa de saúde territorializada já formulado para a Amazônia Legal — estruturou unidades básicas de saúde fluviais, equipes ribeirinhas, ambulâncias do SAMU Fluvial, investimentos em hospitais universitários regionais e pesquisa genômica aplicada às especificidades epidemiológicas da região.

Na educação, o PARFOR foi reativado para a formação continuada de professores das comunidades amazônicas. A expansão dos institutos federais avançou com interiorização para municípios historicamente sem cobertura de educação profissional e

tecnológica. As universidades federais amazônicas receberam investimentos para ampliação da pós-graduação, da pesquisa e da interiorização. A formação de professores para a educação escolar indígena, ribeirinha e do campo foi objeto de programas específicos, reconhecendo a soberania epistemológica da Amazônia como fundamento curricular. No campo da habitação, o Minha Casa Minha Vida

foi retomado com foco nas faixas de menor renda, com modalidades específicas para comunidades ribeirinhas, povos indígenas e populações de várzea, articuladas com saneamento, mobilidade, saúde e educação, e reconhecendo que a habitação amazônica exige marcos jurídicos e modelos de regularização fundiária distintos dos padrões do Centro-Sul.



Foto: Pedro Gontijo/ Senado Federal

Diretrizes e propostas para a Amazônia no Governo Lula IV

EIXO I - GOVERNANÇA, DEMOCRACIA E SOBERANIA TERRITORIAL

A governança deve ser, ao mesmo tempo, democrática, federativa, social, de segurança e geopolítica: como reconstruir a presença do Estado na Amazônia — com a região e a partir dela? Não se trata apenas de coerção, fiscalização ou infraestrutura. Trata-se de recolocar participação social, consulta prévia, serviços públicos de qualidade, proteção territorial, combate às desigualdades raciais e de gênero, enfrentamento ao crime organizado e soberania fiscal e tecnológica como componentes da presença do estado democrático — em um cenário internacional de dispu-

tas crescentes sobre clima, biodiversidade, minerais críticos, rotas ilícitas e controle de dados.

O debate articulou quatro dimensões indissociáveis — governança territorializada, equidade, segurança pública democrática e inserção pan-amazônica — e quatro pontos de convergência: a governança para e com a Amazônia como condição de qualquer projeto de desenvolvimento soberano, e não como capítulo setorial; a presença do Estado como condição de soberania, desde que democrática e permanente; os

povos da floresta e das cidades como sujeitos da formulação, não apenas públicos-alvo; e a integração entre segurança pública, direitos humanos e proteção ambiental.

Tensões também marcam o horizonte: a disputa entre bioeconomia empresarial e sociobioeconomia territorial; o papel e o modelo da Zona Franca de Manaus; a mineração em territórios indígenas e a regulação do ouro — cujo marco legal foi declarado inconstitucional pelo STF em 2025; e a necessidade de uma segurança pública qualificada que não reproduza violência nem abandone territórios ao crime organizado. O financiamento de qualquer proposta permanece tensão estrutural diante das travas fiscais e da distribuição de recursos por força política em vez de necessidade territorial.

É a partir dessas tensões — e da necessidade de respondê-las com propostas concretas — que as diretrizes e propostas a seguir foram estruturadas.

A principal contribuição deste debate foi operacionalizar o conceito de soberania territorial: a capacidade de impedir que crime organizado, cadeias predatórias, colonialismo verde, plataformas estrangeiras, intermediação financeira e desigualdades federativas ditem o futuro da Amazônia — e, ao mesmo tempo, de construir caminhos concretos para que os povos amazônicos sejam pro-

tagonistas de seu próprio desenvolvimento.

Há uma inflexão política decisiva: proteger a Amazônia exige proteger os povos que a habitam. A floresta mantida em pé exige territórios regularizados, comunidades com poder de decisão, segurança pública com direitos humanos, ciência pública territorializada e cadeias de valor que remunerem quem preserva e produz com integridade ecológica. A Amazônia urbana foi igualmente recolocada no debate — pelos povos indígenas e tradicionais nas periferias, pela insegurança nas escolas, pela sabotagem de infraestrutura pública pelo crime e pela necessidade de cidades conectadas aos rios, às florestas e aos modos de vida regionais.

A vulnerabilidade da Pan-Amazônia e a ausência de uma governança regional efetiva, com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) subutilizada, foi discutida como agravante dos problemas de segurança, de desafios sociais e de desconfiança política que permanecem nas fronteiras dos oito países. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de pactuar políticas para a fronteira agrícola desses países. Empresas norte-americanas controlam quase metade das exportações de soja da fronteira amazônica destinadas à China. Essa intermediação privatiza a renda da cadeia produtiva, define preços, controla estoques e orienta logística sem

qualquer regulação pública nacional ou regional. Assim como, as multinacionais dominam fertilizantes, sementes geneticamente modificadas e máquinas agrícolas. A dependência tecnológica da fronteira amazônica é tão estrutural quanto a dependência mercantil da China — e politicamente mais invisível.

Para a construção programática, a governança para e com a Amazônia deve combinar participação social, metas mensuráveis, financiamen-

to direto aos territórios, capacidade institucional, integração federal, segurança territorializada, cooperação pan-amazônica, agregação de valor local, CT&I e sociobioeconomia. Cada diretriz sistematizada neste documento deverá ser acompanhada, na fase de detalhamento orçamentário, de indicadores, metas numéricas e prazos específicos. O horizonte desejado: uma Amazônia com Estado presente, povos protegidos, recursos preservados, economia diversificada e soberania brasileira fortalecida.

Diretrizes e propostas para a política externa e soberania : dimensão geopolítica da Amazônia

Dar efetividade à Integração Pan-Amazônica: fortalecer a OTCA com capacidade de planejamento de longo prazo, operacional, de continuidade programática e de orçamento, sob liderança do Brasil e aporte dos oito países membros. Negociar recursos de fundos climáticos existentes e fomentar a criação de novos arranjos financeiros para a região. Democratizar a Instituição com instâncias de participação permanentes, deliberativas, inclusivas e com representantes de povos e comunidades tradicionais

da região. Combater o colonialismo verde: submeter os acordos internacionais sobre biodiversidade, carbono e bioindústria ao escrutínio das populações afetadas, garantindo que esses instrumentos não se tornem formas de renúncia territorial e cultural disfarçadas de proteção ambiental. Incorporação do conceito de colonialismo verde como categoria oficial da diplomacia brasileira nas negociações multilaterais de clima, explicitando que regulações ambientais unilaterais do Norte Global que não reconhecem o

papel protetor dos povos amazônicos constituem uma forma de assimetria colonial.

Defender a soberania dos países amazônicos sobre seus territórios:

protagonizar diplomacia ativa que rejeite tanto o extrativismo predatório quanto o colonialismo verde, que reafirme a soberania nacional sobre os recursos naturais e os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, inclusive, à consulta livre, prévia e informada como requisito inafastável para qualquer projeto que afete territórios indígenas ou tradicionais. Recusar qualquer tentativa de internacionalização forçada da amazônica, e afirmar o direito de cada país à escolha soberana de seu modelo de desenvolvimento. Construir aliança estratégicas internacionais que fortaleçam a soberania amazônica nos campos da transição climática, da cooperação científica e da solidariedade internacional com países vítimas do unilateralismo norte americano que ameaça a Pan-Amazônia.

Regular o multilateralismo não-governamental na Amazônia:

definir um marco regulatório claro para a atuação de organizações internacionais, fundações estrangeiras e redes transnacionais no território amazônico. Criar um cadastro público de todas as organizações internacionais não governamentais, fundações estrangeiras e redes de pesquisa que

operam na Amazônia Legal. Criar normas que condicionem autorizações de pesquisa científica na Amazônia. Fortalecer o SISGEN (Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético) com recursos e fiscalização adequados para coibir a biopirataria. Criar uma Agenda Pan-Amazônica de bioeconomia da sociobiodiversidade amazônica: adotar, entre os oito países da região, uma agenda comum de desenvolvimento da cadeia de valor da biodiversidade amazônica — desde a produção extrativista sustentável até a industrialização de fitoterápicos, cosméticos, alimentos funcionais, biomateriais e biotecnologias. Dar efetividade às recomendações do protocolo de Nagoya (2010) sobre repartição de benefícios da sociobiodiversidade considerando que a sua implementação nos países amazônicos é fragmentada e insuficiente.

Promover a integração Pan-Amazônica de base material :

instituir um modelo que afirme a soberania produtiva dos países membros — priorizando a industrialização, a transição energética soberana e o desenvolvimento tecnológico no interior da região. Integrar espaços intrarregionais e estruturas políticas da Pan-Amazônia : transformar a experiência da COP30 e as redes pan-amazônicas de ciência, movimentos sociais e povos tradicionais em plataforma permanente de cooperação e incidência internacional.

Harmonizar os regimes de navegação fluvial Pan-amazônica sob coordenação da OTCA: implementar um regime comum de navegação fluvial que simplifique os procedimentos aduaneiros e migratórios para embarcações de pequeno por-

te; crie corredores humanitários fluviais para acesso a serviços de saúde, educação e assistência social em comunidades remotas e estabeleça protocolos comuns de segurança fluvial, salvamento e socorro.

Diretrizes e propostas para o controle da expansão da fronteira agrícola na Pan-Amazônia

Construir um plano de ordenamento territorial Pan-Amazônico, participativo e pactuado entre os estados nacionais e governos sub-nacionais: definir zonas prioritárias para produção sustentável, corredores ecológicos, territórios indígenas e reservas de carbono por meio do planejamento territorial da fronteira. Monitorar a fronteira agrícola, em tempo real, por satélite, de modo compartilhado entre os países-membros para rastrear o avanço do desmatamento, agrilagem de terras e uso ilegal de agrotóxicos. Harmonizar as legislações nacionais sobre uso do solo amazônico, com padrão mínimo de proteção, impedindo a prática de regras que favorecem as corporações em detrimento das comunidades locais e da floresta. Compartilhar um

protocolo de regularização fundiária, que reconheça os territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais como objeto de proteção permanente na fronteira agrícola.

Promover a soberania sobre a intermediação comercial de commodities da Amazônia: criar alternativas à comercialização direta para mercados internacionais, reduzindo a dependência dos oligopólios das trading companies. Criar instrumentos de estabilização de preços para proteger produtores rurais, povos tradicionais e agricultores familiares das volatilidades do mercado internacional de soja, carne e grãos. Negociar acordos bilaterais diretos com a China para produtos amazônicos, com cláusulas que garantam valor agregado local (beneficiamento, processamento)

como condição para acesso preferencial ao mercado chinês. Regular a atuação das tradings multinacionais no território amazônico, incluindo obrigatoriedade de processamento mínimo local, limites de participação no mercado e transparência sobre destino e preço de revenda.

Criar um programa Pan-Amazônico de soberania em Insumos agropecuários: articular institutos de pes-

quisa agropecuária dos países amazônicos (EMBRAPA, INIAP, SENASAG, INIA, IAP, etc.) para desenvolvimento de variedades adaptadas aos biomas amazônicos e alternativas tecnológicas às sementes transgênicas controladas por oligopólios. Aproveitar a biodiversidade da floresta para produzir fertilizantes biológicos, bioestimulantes e agentes de controle biológico em escala regional, substituindo gradualmente insumos importados.

Diretrizes e propostas para a política de governança democrática com e para a Amazônia

Governança democrática e participação social: convocar uma conferência nacional de reforma do sistema político. Aperfeiçoar consultas prévias e audiências públicas e territorializar a participação social. Instituir um orçamento participativo nacional como contraponto às emendas impositivas. Promover reforma eleitoral com lista partidária, paridade de gênero e proporcionalidade racial. Instituir um Pacto Amazônico de Governança Territorial, interfederativo, com participação decisória de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, periferias urbanas, ciência local e gestores

públicos. Este Pacto deve funcionar como instância articuladora - e não concorrente - das demais estruturas de coordenação federativa propostas neste documento, como a Sudam reconstruída, o Consórcio da Amazônia Legal e as instâncias interministeriais setoriais, cabendo à regulamentação posterior definir as competências específicas de cada uma para evitar sobreposição de mandatos.

Investir na Amazônia, não apenas em nome da região: garantir que os atores locais, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, entre

outros — sejam os beneficiários diretos e tenham poder de voto, de veto e de proposta nos fóruns de decisão sobre investimentos na Amazônia — em instâncias nacionais e internacionais.

Desenvolver trabalho político-subjetivo a favor da Amazônia viva: criar

um programa de governança democrática, incluindo as dimensões de formação política e análise das motivações que levam populações amazônicas a apoiar projetos contrários aos próprios interesses, aderindo à narrativas conservadoras.

Diretrizes e propostas para a política de desigualdades e equidade

Fortalecer os direitos territoriais e o marco jurídico: priorizar os direitos territoriais de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultura familiar (quem tem direito a ter direito à terra). Incorporar a ecologização do direito integrando direitos humanos, ambientais e climáticos e reconhecendo a sociobiodiversidade. Agir contra a especulação imobiliária rural e a grilagem, considerando as diretrizes de regularização fundiária articuladas à cidade e ao campo (Eixo II).

Implementar política nacional de cuidados com dimensão específica para a Amazônia: considerar as distâncias, a dispersão territorial, as especificidades étnico-culturais e a ausência de redes de apoio formais, considerando o tripé de familiariza-

ção do cuidado, regulamentação do trabalho de cuidadoras e cuidadores e políticas para o envelhecimento que orientam a política nacional.

Implementar a política de proteção das mulheres amazônicas: enfatizar as especificidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas: expansão das Casas da Mulher Brasileira e Delegacias Especializadas (DEAM) para municípios amazônicos. Criar protocolo específico de atendimento a mulheres indígenas vítimas de violência e instalar a Casa da Mulher Indígena. Articular o Pacto contra o Feminicídio e as lideranças regionais de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Definir um caderno de encargos com metas públicas e mensuráveis por

território: IDH/IPS, presença estatal, cobertura de ATER, regularização fundiária, proteção a defensores e redução de violência nos municípios críticos.

Implementar a sociobioeconomia de escala territorial com CT&I e ATER:

estruturar um sistema amazônico de sociobioeconomia, ciência, tecnologia e inovação e assistência técnica: redes territoriais de pesquisa, extensão, agroecologia, manejo comunitário, restauração biocultural e agregação de valor. Fortalecer a ATER (ANATER/MDA), a Embrapa, as universidades e os institutos federais; apoiar a produção e a conservação de sementes e a adaptação dos sistemas agrícolas tradicionais às mudanças climáticas.

Implementar serviços públicos territorializados para povos e comunidades tradicionais:

instituir políticas específicas para comunidades e povos tradicionais que reconheçam sua

vulnerabilidade climática, geográfica e social de forma integrada. Consideração efetiva dos critérios de equidade racial e de gênero nos processos de participação e deliberação sobre políticas públicas. Políticas públicas de saúde, educação e segurança com presença efetiva e contínua nas comunidades. Transporte fluvial com embarcações seguras e tarifas acessíveis para populações ribeirinhas. Políticas habitacionais adaptadas às especificidades amazônicas (territórios coletivos, florestas, várzeas). Proteção territorial, segurança jurídica e combate ao racismo institucional como diretriz das políticas para a Amazônia. Reestruturação e reforço do INCRA com pessoal e infraestrutura para garantir a segurança fundiária dos movimentos sociais, especialmente os de base étnico-racial. Fortalecimento da FUNAI como estrutura de Estado permanente com capacidade operacional nos territórios.

Diretrizes e propostas para a política de segurança pública e soberania territorial

Instituir uma Estratégia Nacional de Segurança Pública para a Amazônia Legal, de caráter permanente, territorializada, multidimensional e

transnacional, articulada a direitos humanos e proteção ambiental: articular União, estados e municípios por meio de acordos de cooperação

federativa — superando o modelo de subordinação entre forças de segurança e consolidando a lógica cooperativa já demonstrada pelas Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs) como política de Estado. Integrar a estratégia nacional de defesa à estratégia de segurança pública, com redimensionamento da presença das Forças Armadas nas fronteiras amazônicas, combinando patrulhamento fluvial e aéreo, inteligência policial e ambiental, e cooperação com os países da OTCA. No plano operacional e tecnológico, realizar investimentos em radares, drones, sensores e imagens de satélite, com criação de centros integrados de comando e controle, articulando a detecção precoce do desmatamento à ação das forças de segurança. Incorporar o monitoramento das rotas fluviais ao sistema nacional de controle do crime ambiental. Priorizar o combate à mineração ilegal nas zonas de fronteira — com destaque para a tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Colômbia — e tornar a investigação financeira (follow the money) obrigatória em todos os procedimentos de desarticulação de organizações criminosas. Retomar a centralização regulatória da comercialização de ouro e pedras preciosas no Brasil, com a designação de um órgão central — a Caixa Econômica Federal, ou equivalente — como única porta legal de compra e regularização do ouro extraído no país, revogando os mecanismos que

hoje permitem a lavagem de ouro ilegal por meio de notas fiscais privadas.

Garantir a segurança pública e a proteção dos direitos humanos: reorientar a política de segurança para o combate ao crime de relevância — cúpula das organizações criminosas —, em vez de reprochar exclusivamente a juventude negra e periférica. Integrar as políticas de segurança às políticas de igualdade racial e direitos humanos. Fortalecer o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, com atenção prioritária às lideranças indígenas, quilombolas e dos movimentos sociais ameaçadas pelo crime organizado.

Reformar o sistema prisional na Amazônia: combater a superlotação carcerária e o controle do crime sobre os presídios amazônicos e retomar o controle estatal. Fortalecer programas de reinserção social nos sistemas penitenciários como condição de sustentabilidade da política de segurança.

Ampliar a presença do Estado na Amazônia como condição de soberania: retomar os territórios do crime organizado como ação de soberania: sem presença estatal efetiva, a soberania amazônica torna-se relativa frente ao avanço do crime. As políticas de segurança devem ser sustentadas por investimento em escola, saúde, educação, saneamento, infraestrutura, logística, renda e ciência e tecnologia e participação popular — as

mesmas políticas que, nos estados amazônicos, tem os piores índices de presença do Brasil. Definir métricas

de intervenção com indicadores de participação comunitária e resultados mensuráveis de redução da violência.

Eixo II - Território, cidades e campo

A Amazônia não é um território homogêneo. É uma civilização em construção, tecida por múltiplas formas de vida, trabalho e organização — ribeirinhos, indígenas, quilombolas, agricultores familiares, extrativistas, moradores de periferias urbanas e comunidades em beiras de rios. Tratar a região com políticas padronizadas, pensadas para realidades e temporalidades que não são as suas, é uma das formas mais eficazes de perpetuar sua condição de território submetido a interesses externos.

A questão territorial na Amazônia é, antes de tudo, uma questão de poder. Grilagem, violência, captura orçamentária por interesses privados e ausência do Estado não são anomalias — são o resultado de um modelo que colocou a região a serviço de cadeias extrativistas sem retorno, enquanto grilagem e violência organizavam a ocupação do território contra as populações que o habitam. Não haverá soberania territorial, segurança alimentar nem desenvolvimento justo sem o enfrentamento direto dessas estruturas. É por isso que a reforma agrária, a regularização fundiária, a titulação coletiva e o

combate à grilagem são exigências que atravessam todos os eixos deste debate — não como pautas isoladas, mas como fundamento de qualquer projeto de desenvolvimento para a região. As cidades amazônicas trazem uma especificidade que o urbanismo brasileiro ainda não soube responder. O Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole foram formulados para realidades urbanas do Centro-Sul, quando aplicados à Amazônia, produzem efeitos perversos, invisibilizando comunidades tradicionais, hortas urbanas, ruralidades, usos coletivos da terra e, sobretudo, a centralidade dos rios como modal de mobilidade e vida. A proposta de um Estatuto das Cidades Amazônicas, que emerge deste debate, expressa a exigência de um marco jurídico-institucional capaz de reconhecer a “amazonicidade” como critério organizador da política urbana. Mobilidade fluvial, habitação comunitária, infraestrutura de abastecimento e adaptação climática das cidades são dimensões que exigem um olhar próprio.

No campo, a soberania alimentar é a síntese mais precisa do que está em jogo. Desertos e pântanos alimenta-

res, baixa regionalização da merenda escolar, ausência de entrepostos e cadeias locais, dependência de insumos externos e enfraquecimento da agricultura familiar revelam que a Amazônia produz riqueza que não alimenta seus próprios povos. A agroecologia, a sociobioeconomia já praticada nos territórios, o fortalecimento do PAA, das sementes crioulas e do protagonismo das mulheres e jovens do campo são caminhos já trilhados que precisam de escala e de política pública estável — e não de bioecono-

mia empresarial importada.

A Amazônia precisa de planejamento público, orçamento estável e presença estatal real nos territórios. Não como favor, mas como obrigação constitucional. O próximo ciclo de governo só será de transformação se reconhecer que governar a Amazônia exige desenhos institucionais, estruturas orçamentárias e marcos jurídicos construídos a partir da Amazônia — com seus povos, suas temporalidades e suas formas próprias de habitar e produzir o mundo.

Diretrizes e propostas para as políticas de provisão de serviços públicos de qualidade nas cidades e no campo

Fortalecer o Estado e a governança territorial: reforçar as capacidades institucionais dos governos federal, estaduais e municipais para formular, implementar e monitorar políticas públicas; territorializar as políticas públicas, considerando as especificidades dos municípios amazônicos; fortalecer mecanismos de coordenação interfederativa entre União, estados e municípios; investir na formação continuada e valorização dos servidores públicos, reduzindo a alta rotatividade nas instituições amazô-

nicas; fortalecer sistemas de informação territorial e bases de dados para subsidiar o planejamento, respeitando as diretrizes de participação social e governança democrática (Eixo I).

Reformar a arquitetura do Estado para um modelo inclusivo, presente e estratégico: criar mecanismos robustos de controle, planejamento regional participativo e equalização federativa que considerem a extensão territorial, a baixa capacidade arrecadatória e as especificidades socioambientais dos municípios amazônicos.

O planejamento estratégico de Estado — e não a negociação parlamentar — deve orientar o investimento na Amazônia. Construir capacidade institucional nos territórios — pessoal estável, formado e diverso; estruturas descentralizadas do governo federal; serviços públicos digitalizados com conectividade real e letramento. Inovar nos modelos de gestão, incorporando as parcerias público-privadas-comunitárias, a regularização

fundiária-ambiental como acesso a direitos, e o planejamento ecológico como vetor da ação do Estado na Amazônia. Ampliar a presença da CONAB, EMBRAPA, INCRA, IBAMA, Serviço Florestal e outras autarquias federais nos territórios amazônicos, saindo das capitais e chegando às microrregiões estratégicas. Reconstrução da Sudam e das estruturas federais de desenvolvimento regional.

Diretrizes e propostas para políticas conectadas aos modos de vida e às múltiplas dimensões socioculturais das cidades amazônicas

Implementar planejamento territorial e desenvolvimento urbano amazônicos: construir políticas urbanas específicas para a região, superando modelos padronizados nacionais por meio da criação do Estatuto das Cidades Amazônicas; desenvolver programas habitacionais adaptados às condições climáticas, culturais e construtivas amazônicas; reconhecer diferentes formas de ocupação coletiva da terra nos processos de regularização fundiária; territorializar o diagnóstico das periferias urbanas para orientar investimentos estruturantes; qualificar o programa Minha Casa Minha Vida com: equipamentos pú-

blicos; espaços de convivência; lavanderias e cozinhas coletivas; áreas de lazer; serviços para idosos, mulheres e crianças; utilizar terrenos públicos bem localizados e instrumentos de desapropriação para ampliar a oferta habitacional; integrar políticas de habitação, saneamento, mobilidade, saúde e educação.

Implantar sistema de mobilidade e infraestrutura regional: considerar a regionalização da política em cooperação com a União, estados e municípios; expandir políticas de tarifa zero no transporte coletivo; adaptar a política nacional de mobilidade às

especificidades amazônicas; priorizar o transporte hidroviário e fluvial como eixo estruturante da integração regional; ampliar investimentos em infraestrutura de transporte para garantir acesso a serviços públicos, mercados e equipamentos urbanos; desenvolver sistemas integrados de mobilidade entre municípios e regiões metropolitanas; incorporar critérios de adaptação climática ao planejamento da infraestrutura urbana.

Ampliar o acesso à habitação, saneamento e cidades: universalizar o acesso ao saneamento básico; rever os limites do modelo de concessões privadas para os serviços públicos; incorporar estratégias de economia circular na gestão de resíduos sólidos;

desenvolver políticas específicas para áreas vulneráveis, como encostas e ocupações precárias; implementar políticas públicas voltadas ao manejo ético da fauna urbana e silvestre; integrar adaptação às mudanças climáticas ao planejamento urbano. Implementar ciência, tecnologia e formação: aumentar o financiamento para pesquisas sobre cidades e territórios amazônicos; valorizar pesquisas voltadas às realidades urbanas da região, atualmente pouco contempladas pelos editais nacionais; fortalecer redes de pesquisa interinstitucionais; integrar conhecimento científico e saberes tradicionais; criar programas permanentes de formação técnica para gestores públicos.

Diretrizes e propostas para as políticas de produção de alimentos saudáveis com assistência e tecnologia adequados às especificidades amazônicas

Fortalecer a agricultura familiar, a agroecologia e a segurança alimentar: ampliar a assistência técnica e extensão rural de forma contínua; expandir a agroecologia e os sistemas agroflorestais; incentivar a agricultura urbana e periurbana; consolidar programas de compras públicas da agricultura familiar; fortalecer a re-

gionalização da alimentação escolar; promover políticas de combate aos desertos e pântanos alimentares; apoiar cadeias produtivas da socio-biodiversidade; implantar entrepostos regionais para armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção. Incentivar o aproveitamento integral dos alimentos e o uso de

resíduos agroindustriais.

Promover a bioeconomia e o desenvolvimento sustentável: apoiar cadeias produtivas sustentáveis de produtos florestais; estimular inovação tecnológica voltada às economias da floresta; revisar incentivos fiscais que favorecem atividades ambientalmente insustentáveis; criar mecanismos tributários favoráveis às atividades sustentáveis; ampliar programas de formação em bioeconomia e empreendedorismo sustentável. Expandir cursos de especialização em bioeconomia, sustentabilidade e desenvolvimento territorial; incentivar a permanência de jovens nos territórios

por meio da formação profissional e da inovação.

Promover a Regularização fundiária e direitos territoriais: desenvolver modelos de regularização fundiária compatíveis com formas coletivas de ocupação da terra; reconhecer os modos de vida tradicionais como referência para o ordenamento territorial; fortalecer a segurança jurídica dos territórios de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais; combater conflitos fundiários e garantir proteção às populações ameaçadas; integrar regularização fundiária, conservação ambiental e desenvolvimento rural.

Eixo III -Amazônia: território de convergência das políticas de saúde, educação e cultura para o desenvolvimento sustentável

Com mais de 25 milhões de habitantes distribuídos por nove estados e 772 municípios — muitos deles acessíveis apenas por via fluvial ou aérea —, a Amazônia concentra indicadores de morbimortalidade entre os mais críticos do país, déficits educacionais históricos e expressões culturais que resistem à invisibilidade com que foram tratadas pelas políticas nacionais. A malária responde por 80% da carga nacional apenas em 33 municípios amazônicos; Manaus e Belém concentram um terço dos casos de

tuberculose; o câncer de colo de útero e as hepatites virais atingem proporções de emergências sanitárias; e o mercúrio — despejado pelo garimpo ilegal — contamina rios, corpos e gerações inteiras. Esses indicadores revelam a produção histórica da desigualdade — não são herança inevitável do território, mas o resultado de décadas de invisibilidade, de ausência do Estado e de políticas concebidas sem os povos da floresta.

Esta proposta para a região integra, em perspectiva de longa duração, as

diretrizes da Agenda Estratégica Mais Saúde Amazônia Brasil 2025–2027 e as metas de adaptação climática do AdaptaSUS, articulando resposta estrutural às quatro prioridades identificadas pela própria população amazônica: saúde da mulher e da criança, saúde mental, provimento e interiorização de profissionais, e saúde nas fronteiras. A crise climática confere urgência adicional a esse compromisso. As populações amazônicas são desproporcionalmente expostas a inundações, secas extremas, surtos de doenças zoonóticas e contaminação ambiental — eventos que agravam desigualdades preexistentes e impõem novos desafios à saúde física e mental.

As propostas aqui sistematizadas defendem a construção de políticas territorializadas, capazes de reconhecer a diversidade entre contextos urbanos, rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e populações de fronteira. A territorialização das políticas públicas é compreendida como condição necessária para ampliar a efetividade das ações governamentais e reduzir desigualdades regionais — não como concessão administrativa, mas como imperativo democrático.

A soberania epistemológica da Amazônia afirma que a região é, antes de tudo, um território de conhecimentos legítimos e estratégicos — dimensão que, no campo da educação, da saúde

e da cultura, significa reconhecer esses saberes como fundamento das políticas públicas. Com 258 línguas, povos milenares e imensa sociobiodiversidade, a região constitui um dos mais ricos laboratórios do planeta, onde comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e agricultoras familiares desenvolveram, ao longo de séculos, sistemas sofisticados de compreensão do mundo, de manejo dos recursos naturais e de organização social.

Um dos nós estruturais mais recorrentes identificados ao longo das discussões foi a dificuldade de atrair e manter profissionais qualificados nos diferentes territórios amazônicos. A garantia dos direitos à educação, à saúde e à cultura depende diretamente da existência de condições adequadas de trabalho, infraestrutura e desenvolvimento profissional para quem atua na região. Por isso, a construção de políticas permanentes de fixação de profissionais — articulando valorização das carreiras públicas, incentivos à atuação em municípios do interior, fortalecimento da pós-graduação regional e ampliação das oportunidades de formação territorializada — não é tema periférico, mas condição central para a consolidação de políticas públicas duradouras.

As políticas culturais devem ser formuladas, geridas e avaliadas com participação central dos povos e comunidades da região. Os saberes

tradicionais, indígenas, ribeirinhos e quilombolas são formas legítimas de conhecimento, equivalentes — em sua especificidade — ao conhecimento científico formal. Acultura não é entretenimento nem adorno do desenvolvimento — é um de seus vetores principais. A proteção

dos acervos, das línguas, dos conhecimentos e da produção simbólica amazônica é uma questão de soberania nacional. No século XXI, a capacidade de narrar a si mesmo, de controlar os próprios acervos e o patrimônio cultural é tão estratégica quanto a soberania territorial.

Diretrizes e propostas para a política de soberania, equidade e inovação em saúde na Amazônia

Fortalecer a atenção primária: SUS fluvial, itinerante e resiliente ao clima: garantir o acesso à saúde e a atenção primária em territórios onde os rios são as principais vias de circulação por meio do fortalecimento do SUS Fluvial e seus componentes estratégicos: 1) ampliação das Unidades Básicas de Saúde Fluviais- equipadas com saúde digital e tecnologias apropriadas à Amazônia; ampliação das UBS Saúde da Floresta como modelo inovador; ampliação das equipes de Saúde da Família e das equipes Ribeirinha; 2) Agora Tem Especialistas com Barco Hospital para garantir especialidades às populações ribeirinhas; 3) transporte aeromédico de emergência para casos graves e evacuações em situações de desastres climáticos.

Ampliar o programa Mais Médicos como estratégia central de provimento e implementar políticas de fixação de profissionais da saúde na região: articular valorização das carreiras públicas, incentivos à atuação em municípios do interior, fortalecimento da pós-graduação regional e ampliação das oportunidades de formação territorializada. Expandir UBS em municípios de difícil acesso, com infraestrutura adequada, equipamentos e insumos para atendimento integral.

Valorizar os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) ribeirinhos e florestais: valorizar o conhecimento territorial e a mediação cultural entre serviços de saúde e comunidades. Possibilidade de orientação remota

com agente comunitário de saúde, ampliando a resolutividade da atenção básica.

Integrar a saúde digital: integrar telessaúde satelital e conectividade como infraestrutura de cidadania, permitindo consultas especializadas, formação continuada de profissionais e articulação com centros de referência. A saúde digital deve funcionar com plena integração aos Hospitais Universitários Federais (EBSERH/MEC) e aos hospitais de ensino da região, operando sob gestão compartilhada e tripartite entre Governo Federal, Estados e Municípios.

Implementar o Programa Agora Tem Especialistas: atender os 772 municípios da Amazônia Legal com três modalidades: crédito financeiro (troca de dívidas por atendimento), atenção à saúde itinerante (carretas) e mutirões de cirurgias e procedimentos especializados. Estruturação do Barco-Hospital — instrumento sem equivalente no mundo para garantir especialidades às populações ribeirinhas. Reestruturar a Rede Oncológica: tratar a elevada incidência do câncer de colo de útero e de pulmão na região, com aceleradores lineares de radioterapia, teste DNA-HPV, equipamentos de braquiterapia e aumento na oferta de quimioterapia e cirurgias oncológicas.

Implementar o Programa Genoma SUS em todas as macrorregiões: im-

plementar o sequenciamento de genomas das variantes amazônicas para medicina de precisão, construindo bases para uma medicina personalizada que entende as especificidades genéticas de indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Incorporar a terapia gênica com Zolgensma e o implante coclear bilateral. Considerar o acesso à genômica e à medicina de precisão como plataformas de equidade territorial.

Fortalecer a vigilância epidemiológica integrada e territorializada: fortalecer a vigilância epidemiológica para monitoramento, avaliação, alerta precoce e intervenção, visando à redução da morbidade e mortalidade relacionada à mudança do clima e às doenças endêmicas. Eliminar a oncocercose — doença historicamente concentrada em terras Yanomami.

Evoluir o plano mercúrio para linha de atenção à saúde: desenvolver linha de cuidado específica para pessoas afetadas por mercúrio, com vigilância ambiental, diagnóstico laboratorial, atenção clínica continuada e protocolos específicos para povos indígenas, ribeirinhos e gestantes. O mercúrio contamina rios, corpos e gerações inteiras — é emergência sanitária de Estado

Criar universidade ou instituto de excelência sediado na Amazônia: criar instituição de alto nível sediada na Amazônia, com mestrado e douto-

rado voltados à vigilância de doenças endêmicas e à validação científica rigorosa do conhecimento ancestral, unindo a terapia gênica e a genômica de precisão de um lado e a medicina tradicional e os fitoterápicos de outro.

Estruturar a rede Alyne para saúde da mulher: estruturar a Rede Alyne com adequações necessárias, reconhecendo que a saúde da mulher e da criança foi identificada como prioridade na Amazônia.

Implementar Rede de Saúde Mental adaptada às realidades amazônicas: instituir Centros de Atenção Psicossocial fluviais, itinerantes, levando cuidado psicossocial a comunidades ribeirinhas e isoladas. Ampliação dos serviços de saúde mental em municípios prioritários, garantindo acesso a CAPS, consultórios na rua, equipes matriciais e leitos de atenção integral. Rede de Saúde Mental com especialistas em psiquiatria adaptada às realidades amazônicas.

Implementar Rede de Cuidado Psicossocial Amazônica: integrar lideranças comunitárias, pajés, parteiras e organizações sociais, reconhecendo os saberes territoriais como recursos terapêuticos. Formar cuidadores comunitários para atuação em saúde mental, articulando conhecimentos técnicos e saberes locais. Considerar os jogos eletrônicos como novo desafio de saúde mental na região.

Garantir atenção psicossocial em

contextos de eventos climáticos extremos: tratar os impactos de inundações, secas, deslocamentos forçados e perdas materiais e simbólicas. Desenvolver protocolos de atenção psicossocial para situações de desastres climáticos, articulando equipes de saúde e defesa civil, assistência social e organizações comunitárias. Fortalecer a vigilância de agravos à saúde mental sensíveis ao clima, como ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e suicídio relacionados a eventos extremos. Incorporar a justiça climática como princípio orientador: incorporar o princípio às políticas de saúde mental, reconhecendo que as populações amazônicas são desproporcionalmente impactadas pelos efeitos da degradação ambiental e que os custos da crise não devem ser transferidos aos mais vulnerabilizados.

Fortalecer o Complexo econômico-industrial da saúde: fomentar projetos de fortalecimento da infraestrutura e de tecnologias em saúde para inovação e produção local associadas a doenças sensíveis ao clima. Criação de arranjos produtivos locais, articulando a bioeconomia ao campo dos fitoterápicos, e fortalecendo as medicinas tradicionais indígenas. Produção local de soros antiofídicos e antiescorpiônicos como imperativo de soberania sanitária.

Fortalecer a saúde indígena: proporcionar ao SESAI orçamento adequa-

do, efetivo qualificado, participação e controle social indígena. Fortalecer o Ministério dos Povos Indígenas, a FUNAI, a SESAI e a Universidade Indígena. Estabelecer instâncias nacionais e regionais de gestão compartilhada da política indigenista, garantindo que as políticas públicas cheguem efetivamente às comunidades. Formação de Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento, valorizando o protagonismo indígena na gestão da saúde em seus territórios. Atenção à saúde mental de povos indígenas: abordagem do suicídio, alcoolismo, trauma territorial e violência, com respeito à cosmologia e aos processos de cura tradicionais. Fortalecer as políticas sobre álcool e outras drogas que comprometem o futuro da juventude indígena e afetam as famílias. Combate à violência contra mulheres indígenas e população LGBTQIA+.

Criar sistema de saúde nas fronteiras: criar sistema de saúde nas fronteiras que integre os países vizinhos nas áreas de vigilância e atenção à saúde, reconhecendo o papel do sistema de saúde na soberania territorial brasileira.

Criar centros de saúde e clima: criar centros de saúde e clima em Rondônia (Fiocruz), Amapá, Santarém, Belém, Roraima e Rio Branco para

antecipar morbidade e mortalidade devido às emergências climáticas, articulando vigilância epidemiológica, defesa civil e comunidades locais. Sistema de alerta nacional da saúde para eventos climáticos extremos, integrando dados meteorológicos, epidemiológicos e territoriais para preparação e resposta rápida. Estabelecimento de diretrizes e medidas para infraestrutura, equipes e procedimentos de saúde para garantir a continuidade das ações e serviços de saúde em eventos climáticos extremos, assegurando a resiliência do SUS em territórios mais vulneráveis à mudança do clima.

Estruturar a governança das políticas de saúde para a Amazônia: criar governança interfederativa, articulando Ministério da Saúde, SESAI, secretarias estaduais e municipais de saúde, com participação e controle social como princípios estruturantes da regionalização da saúde.

Promover articulação intersetorial: articular a saúde com políticas de educação, cultura, trabalho, conectividade, segurança territorial, regularização fundiária e combate ao crime organizado. Articular as instituições regionais do SUS, SESAI, EBSEH, à FiocruzAmazônia, INPA, universidades regionais e institutos de pesquisa.

Diretrizes e propostas para as políticas de Educação Pública de qualidade

Adaptar o financiamento da educação à realidade amazônica: estabelecer mecanismos de políticas públicas que reconheçam os custos de acesso e implementação de políticas públicas nos territórios diversos e singulares da Amazônia: indígenas; quilombolas; ribeirinhos; urbano amazônico e fronteira. O Fundeb deve incorporar fatores de ponderação específicos para essas diferentes realidades, superando a lógica de tratamento uniforme que perpetua desigualdades.

Adotar soluções baseadas no território: promover soluções tecnológicas adequadas ao território, não importadas de contextos estranhos à realidade amazônica, para reduzir os custos e aumentar o investimento na implementação de políticas públicas na região. Fortalecer a educação escolar indígena: garantir que as escolas indígenas sejam espaços de fortalecimento cultural, onde as línguas originárias sejam línguas de instrução. Assegurar autonomia pedagógica para a definição de currículos, calendários escolares e metodologias de ensino. Produzir material didático específico em línguas

indígenas, elaborado por professores indígenas em colaboração com anciãos e lideranças comunitárias.

Ampliar a formação de professores Indígenas: expandir programas de licenciatura intercultural indígena em todas as regiões amazônicas. Criar programas de pós-graduação voltados para a pesquisa em educação escolar indígena. Garantir concursos públicos específicos para professores indígenas, respeitando critérios de pertencimento étnico e domínio das línguas originárias.

Proteger os patrimônios culturais e combater o extrativismo acadêmico: fortalecer as políticas de memória dos povos indígenas, incluindo a proteção dos patrimônios culturais, dos saberes tradicionais e o combate à biopirataria. Fortalecer a Universidade Indígena como instituição estratégica para a formação de lideranças e profissionais indígenas. Combater o extrativismo acadêmico, garantindo que a pesquisa científica sobre a Amazônia seja feita com e para os povos amazônicos e não sobre eles.

Valorizar e expandir as escolas de

alternância: reconhecer as escolas de alternância como modelo pedagógico adequado às realidades amazônicas, onde a alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade permite conciliar formação educacional com atividades produtivas familiares. Expandir a rede de escolas de alternância para atender populações ribeirinhas, extrativistas e agricultores familiares. Garantir financiamento específico para as escolas de alternância, considerando seus custos diferenciados. Implementar a educação do campo, ambiental e ribeirinha:

reconhecer as especificidades das populações amazônicas, superando modelos urbano-centrados. Desenvolver currículos que integrem os saberes tradicionais sobre manejo florestal, pesca artesanal, agricultura familiar e extrativismo sustentável. Garantir transporte escolar adequado às condições amazônicas, incluindo transporte fluvial seguro.

Ampliar o acesso ao ensino tecnológico e superior: interiorizar a oferta de educação profissional e tecnológica, criando institutos federais e escolas técnicas em municípios do interior amazônico. Garantir assistência estudantil específica para jovens do campo e ribeirinhos que acessam o ensino superior.

Implementar programa de construção de escolas em comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas: desenvolver projetos arquitetônicos

adequados ao clima e à cultura local, utilizando materiais sustentáveis e técnicas construtivas que respeitem os saberes tradicionais. Garantir equipamentos tecnológicos para todas as escolas, acompanhados de formação para professores e estudantes. Implementar sistemas de energia renovável (solar, eólica) em escolas de áreas remotas.

Ampliar a formação de professores considerando a soberania epistêmica:

expandir programas de formação inicial de professores (licenciaturas) em todas as regiões amazônicas, com atenção especial para áreas de difícil acesso. Implementar programas de formação continuada que considerem as especificidades da educação amazônica — educação escolar indígena, educação do campo, educação ribeirinha. Garantir que a formação de professores integre conhecimentos sobre a sociobiodiversidade amazônica, história e cultura dos povos da região, e metodologias adequadas aos contextos locais. Produzir materiais didáticos nos territórios: criar programas de produção de materiais didáticos elaborados por professores e comunidades amazônicas, superando a dependência de materiais produzidos em centros urbanos do Sul e Sudeste.

Produzir conhecimento e gramáticas territoriais: fortalecer programas de pós-graduação em todos os estados da Amazônia. Criar bancos de dados de saberes tradicionais, manejos

e práticas ancestrais, garantindo que esse conhecimento esteja disponível para gestores de políticas públicas.

Valorizar os Professores: implementar planos de carreira que reconheçam as especificidades do trabalho docente na Amazônia, incluindo adicionais para professores em áreas remotas. Criar programas de apoio psicossocial para professores que atuam em contextos de isolamento e vulnerabilidade.

Desenvolver currículos interculturais e sociobiotecnológicos: integrar na grade curricular saberes tradicionais e conhecimentos científicos, reconhecendo que os povos da floresta são doutores em regeneração ecossistêmica. Valorizar os conhecimentos sobre manejo florestal, medicina tradicional, agricultura sustentável e pesca artesanal.

Implementar educação para a sustentabilidade e a bioeconomia: implementar educação ambiental e desenvolver projetos educacionais voltados para a sociobioeconomia, preparando jovens para atuar em cadeias produtivas sustentáveis baseadas na floresta em pé. Garantir que a política industrial para a Amazônia não substitua a produção e o consumo de alimentos que compõem as cestas de segurança alimentar das populações locais.

Implementar educação não sexis-

ta: implementar política nacional de educação não sexista integrada ao Ministério das Mulheres, com foco especial nos estados amazônicos. Garantir que a formação de professores inclua perspectiva de gênero, combate à violência doméstica e educação sexual.

Incorporar educação antirracista e decolonial: incorporar nos currículos amazônicos o reconhecimento do racismo ambiental, do racismo epistêmico e do racismo institucional como dimensões interligadas. Valorizar as contribuições dos povos negros e indígenas para a construção da Amazônia, superando narrativas que os invisibilizam ou os tratam como obstáculos ao desenvolvimento. Promover o diálogo intercultural nos espaços educacionais, reconhecendo a diversidade como riqueza e não como problema. Garantir educação para a diversidade LGBTQIA+: garantir ambientes escolares seguros e inclusivos para estudantes LGBTQIA+ em toda a Amazônia. Combater o bullying e a violência homofóbica e transfóbica nas escolas, com protocolos claros de atendimento e responsabilização.

Criar governança e coordenação institucional: criar instância de coordenação no Ministério da Educação especificamente dedicada às políticas educacionais para a Amazônia, com participação de representantes dos estados amazônicos.

Diretrizes e propostas para as políticas de Cultura, memória e identidade amazônica

Implementar programa de fomento à criação artística e cultural amazônica: fomentar, identificar, registrar e apoiar os movimentos culturais regionais ainda pouco conhecidos fora de seus territórios de origem, incluindo linha específica de editais e bolsas do Ministério da Cultura.

Construção de uma rede cultural Pan-amazônica: criar programa de residências artísticas cruzadas entre os nove estados da Amazônia Legal e entre o Brasil e os demais países da bacia amazônica (Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa), articulando com a Unamaz (Associação de universidades amazônicas) para construção da rede.

Criar um programa de proteção e revitalização das línguas indígenas: criar centros de documentação linguística em parceria com universidades federais, o Museu Emílio Goeldi, o Museu Nacional dos Povos Indígenas e o Ministério dos Povos Indígenas, com produção de gramáticas, dicionários, materiais didáticos e acervos audiovisuais.

Criar programa de registro e proteção do patrimônio arqueológico: criar cursos de arqueologia nas universidades federais da Amazônia. Levantamento sistemático de sítios arqueológicos ameaçados. Criar áreas de proteção arqueológica nas regiões de maior risco. Financiar pesquisas em parceria com as comunidades locais.

Construir o marco legal dos direitos intelectuais coletivos amazônicos: elaborar o marco regulatório específico para proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, às práticas medicinais e às expressões culturais dos povos amazônicos. Criar mecanismo de repartição justa de benefícios em caso de uso comercial, com participação das comunidades detentoras do conhecimento.

Criar a política nacional de medicina tradicional como patrimônio cultural vivo: reconhecer oficialmente as práticas de cura tradicionais — pajelância, benzedura, fitoterapia, parteira — como patrimônio cultural imaterial. Apoiar a formação de profissionais que integram medicina ocidental e medicina tradicional indígena. Criar

Casas de Saberes Tradicionais nas comunidades indígenas e ribeirinhas, com infraestrutura básica para prática e transmissão desses conhecimentos.

Criar programa de economia criativa para a Amazônia: estruturar financiamento e infraestrutura adequados, articulando Ministério da Cultura, SEBRAE, BNDES e governos estaduais. Mapear as cadeias produtivas criativas existentes; capacitar em gestão cultural os artistas e comunidades e criação de selos de origem cultural amazônica. Criar o estatuto do trabalhador cultural amazônico: reconhecer as especificidades do trabalho cultural na Amazônia — incluindo artistas, artesãos, mestres de cultura popular, contadores de histórias, benzedeiros, parteiras e demais detentores de saberes tradicionais. Garantir o acesso a previdência social, seguro-desemprego em períodos de não criação, e benefícios equivalentes aos de outras categorias profissionais. Implementar o turismo cultural de base comunitária: fomentar o turismo cultural sustentável na Amazônia, articulando Ministério do Turismo, Ministério da Cultura e comunidades locais. Criar rotas culturais temáticas, com gestão comunitária e certificação de qualidade.

Criar o programa de Infraestrutura cultural no Interior da Amazônia: construir e equipar centros culturais amazônicos em municípios com mais de 10 mil habitantes. Criar pla-

taforma digital pública - multilíngue (português + línguas indígenas) e de acesso gratuito para o usuário final - dedicada exclusivamente à produção cultural amazônica. Criar o sistema amazônico de acervos culturais e científicos: criar plataforma integrada de acervos digitais reunindo o Museu Paraense Emílio Goeldi, o INPA, a Fio-cruzAmazônia, os museus estaduais, as universidades federais, os arquivos históricos municipais e os acervos de comunidades tradicionais. O sistema deve ser de acesso público, com camadas de proteção para o conhecimento sensível que exige consulta às comunidades detentoras.

Criar o programa de digitalização do patrimônio cultural amazônico: criar projeto emergencial de digitalização de acervos em risco: gravações fonográficas de músicas tradicionais, registros audiovisuais de práticas culturais, documentos históricos, coleções arqueológicas e biológicas, e línguas indígenas com poucos falantes. Parceria entre MinC, IPHAN, FINEP e universidades federais.

Criar governança para a implementação das políticas culturais e proteção dos direitos coletivos: criar instância de coordenação interministerial (MinC, MPI, MCTI, MEC, MMA, MTUR) com participação paritária de representantes dos nove estados da Amazônia Legal, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, artistas e trabalhadores da cultura, integrada

ao marco geral de governança democrática (Eixo I). Monitor as políticas a partir de um conjunto de indicadores culturais específicos para a Amazônia Legal, produzidos anualmente pelo IBGE e pelo MinC em parceria com as universidades regionais. Combater a

biopirataria cultural, incluindo registro preventivo de expressões culturais e saberes tradicionais, monitoramento de patentes internacionais sobre recursos amazônicos, e mecanismo de contestação jurídica de registros indevidos.

Eixo IV - Estratégias de desenvolvimento sustentável e inovação territorial na Amazônia

A Amazônia ocupa, no debate contemporâneo sobre desenvolvimento, uma posição singular e paradoxal: é ao mesmo tempo o maior repositório de biodiversidade do planeta, uma fronteira decisiva das transições energética e climática globais, e uma das regiões com os piores indicadores de desenvolvimento humano do Brasil. Esse paradoxo não é obra do acaso nem expressão de qualquer deficiência intrínseca do território ou de seus povos — é o resultado histórico de um modelo de ocupação que sempre extraiu riqueza da região sem devolver desenvolvimento, que exportou matéria-prima sem industrializar, que impôs padrões tecnológicos concebidos de fora sem dialogar com os saberes locais. Superar esse modelo exigirá reconhecer a Amazônia não como objeto de políticas nacionais formuladas de fora da região por pesquisadores e instituições sem vínculos orgânicos com os saberes e as necessidades

territoriais da Amazônia, mas como sujeito de um projeto próprio de desenvolvimento, capaz de articular inovação científica e tecnológica, transição ecológica e soberania dos povos que habitam e guardam o território. É nessa perspectiva que o debate sobre ciência, tecnologia e inovação territorial na região adquire centralidade estratégica: não se trata apenas de levar tecnologia para a Amazônia, mas de construir, a partir da Amazônia, um novo paradigma de desenvolvimento que o mundo ainda não foi capaz de formular.

A proximidade da COP30, em Belém, constitui uma janela histórica para afirmar esse projeto diante da comunidade internacional. A capital paraense recebeu a conferência climática mais importante da última década em um momento em que a floresta amazônica se aproxima de pontos de inflexão ecológica irreversíveis, em

que o debate sobre bioeconomia se intensifica globalmente e em que cresce a pressão por justiça epistêmica — pelo reconhecimento de que os conhecimentos tradicionais e os recursos genéticos da região foram historicamente apropriados sem retorno às populações que os geraram e preservaram, exigindo instrumentos concretos de reparação e partilha de benefícios. A COP30 não foi apenas um evento diplomático: foi uma oportunidade de consolidar compromissos de financiamento climático, cooperação Sul-Sul e integração pan-amazônica que ainda carecem de instrumentos efetivos.

Atualmente, há cerca de 405 infraestruturas de CT&I e 302 instituições de ensino superior na Amazônia Legal e, anualmente, cerca de 100.000 pessoas concluem a graduação na região. No entanto, apenas 5% das bolsas de doutorado e 7% das bolsas de mestrado dos programas institucionais da CAPES beneficiam estudantes da Amazônia Legal, expressando uma assimetria estrutural identificável em todos os recursos transferidos às instituições amazônicas, exigindo iniciativa pública para a sua superação.

O debate aqui sistematizado articula duas dimensões inseparáveis do desafio amazônico: a da inovação, digitalização e neointustrialização territorial, e a da transição energética e enfrentamento da crise climática. Esses dois eixos não podem ser tratados separa-

damente — a bioeconomia depende da biodiversidade intacta, a transição energética depende de modelos que não reproduzam o desmatamento, e a inovação territorial só se sustenta se partir dos arranjos de conhecimento já existentes nas comunidades, e não de modelos importados que ignoram a especificidade amazônica.

Um tema de pouca visibilidade e sistematicamente negligenciado nas agendas de política ambiental merece atenção central no próximo ciclo de governo: a degradação da floresta em pé. Diferente do desmatamento por corte raso, a degradação ocorre quando a floresta permanece fisicamente presente, mas é explorada de forma desordenada pela extração ilegal de madeira, pelo garimpo e, sobretudo, pelos incêndios florestais — que nos anos de El Niño, quando as estações secas se intensificam na Amazônia, chegam a afetar extensões superiores às áreas desmatadas por supressão total da vegetação. Essa floresta que permanece “em pé” deixa, no entanto, de cumprir suas funções ecossistêmicas — regulação hídrica, estoque de carbono, manutenção da biodiversidade, recarga dos rios voadores —, perdendo simultaneamente seu valor ecológico, social e econômico. Incorporar a degradação florestal como categoria autônoma da política ambiental, com monitoramento específico, instrumentos de conten-

ção e metas de restauração, é condição para que qualquer estratégia de bioeconomia da sociobiodiversidade tenha base ecológica real sobre a qual operar.

Quatro tensões estruturais atravessam esse debate e precisam ser enfrentadas de frente no próximo ciclo de governo. A primeira é o desalinhamento entre os incentivos econômicos vigentes — que ainda valorizam a terra desmatada acima da floresta em pé — e os objetivos de conservação e uso sustentável da sociobiodiversidade. A segunda é a fragilidade institucional da política científica e tecnológica na região, expressa no subfinanciamento crônico dos institutos de pesquisa, na disputa distorcida dos fundos setoriais e na descontinuidade entre governos. A terceira é a tensão entre a urgência da agenda climática e a lentidão dos instrumen-

tos de financiamento, que acumulam recursos sem editais, projetos sem execução e promessas sem implementação. A quarta é a tensão interna à própria agenda governamental, entre as metas de descarbonização e as pressões por expansão energética e de infraestrutura que continuam gerando emissões. Equacionar essas tensões exige mais do que políticas setoriais bem desenhadas. Exige coordenação interministerial efetiva, reorientação dos grandes instrumentos de financiamento regional — fundos constitucionais, fundo climático, fundo setorial de CT&I —, fortalecimento das instituições de pesquisa na região e, sobretudo, o reconhecimento de que a produção de conhecimento a partir da Amazônia é condição para que o Brasil negocie com propostas técnicas soberanas — e não como receptor passivo de agendas definidas no exterior.

Diretrizes e propostas para a política de Ciência, tecnologia e inovação territorial

Implantar o Sistema Regional de CT&I da Amazônia como instância de coordenação permanente da política científica e tecnológica

na região: articular as representações regionais de todas as agências nacionais — CNPq, CAPES, FINEP, BNDES, Embrapa, MCTI — sob uma

agenda comum de pesquisa e inovação territorial. O Sistema deve ser assessorado por conferência regional permanente, com participação de universidades, institutos federais, movimentos sociais, organizações produtivas comunitárias e governos estaduais, para definir campos estratégicos de pesquisa e prioridades de financiamento. Transformar a Subsecretaria de Ciência e Tecnologia para a Amazônia (SCTA/MCTI) em Secretaria Nacional dotada de autonomia operacional, quadros técnicos regionais e capilarização nos nove estados da Amazônia Legal como instância de coordenação, monitoramento e avaliação das políticas de CT&I no território. Criar Plataforma Nacional de Integração Conhecimento-Território: Implementar políticas de transferência de conhecimento e de fixação de profissionais nos municípios de origem, territorializando a infraestrutura de CT&I e revertendo o fluxo de emigração de talentos formados com recursos públicos na região por meio da criação dos Arranjos Territorializados de Conhecimento (ATCs) e do Programa Mais Conhecimento para a Amazônia. Criar ATCs como articulação entre as Instituições de Ensino Superior, os Institutos de Ciência e Tecnologia, as organizações de povos e comunidades tradicionais, as cooperativas, a agricultura familiar, os demais empreendimentos produtivos e os governos municipais e estaduais. Cada ATC deverá ser desenhado a

partir das especificidades ecológicas, culturais e produtivas de seu território — respeitando a heterogeneidade entre a Amazônia dos rios, dos campos, das fronteiras e das cidades médias —, com governança compartilhada e dotação orçamentária própria de custeio e investimentos garantida por instrumento federal vinculante. Instituir o Programa Mais Conhecimento como o mecanismo nacional de alocação de egressos, pesquisadores de pós-graduação e técnicos de nível superior nas regiões onde foram formados, por meio de bolsas de residência científica e tecnológica pagas pela CAPES ou pelo CNPq. Engajar IES, ICTs, organizações da sociedade civil e órgãos públicos estaduais e municipais como receptores desses profissionais, assegurando-lhes uma primeira experiência profissional substantiva vinculada às cadeias da sociobiodiversidade, às políticas públicas locais e às demandas das comunidades tradicionais.

Criar Programa Nacional de Superação das Desigualdades Regionais em CT&I: definir metas quantitativas públicas e verificáveis de investimento na formação de pesquisadores, infraestrutura laboratorial e cobertura institucional para a Amazônia Legal. Corrigir as distorções nos critérios de editais do CNPq, da CAPES e da FINEP que sistematicamente penalizam as instituições amazônicas, garantindo alocação proporcional de

recursos que considere a extensão territorial, a especificidade do bioma e o potencial estratégico da ciência regional. Ampliar as cotas de bolsas de doutorado e mestrado destinadas às IES e ICTs da Amazônia Legal, com metas escalonadas até 2030. Criar vagas específicas em concursos públicos federais para pesquisadores e tecnologistas com perfis temáticos regionais — limnologia, etnobotânica aplicada, aquicultura de espécies nativas, saúde ambiental, geoprocessamento amazônico —, com exigência de período mínimo de permanência no território e condições de infraestrutura que tornem esses postos competitivos. Garantir a participação efetiva das IES e ICTs de todos os nove estados da Amazônia Legal no desenho e na governança das iniciativas federais.

Adotar os critérios orientadores do Pacto Participativo para uma Política de CT&I na Amazônia: incorporar no regulamento da FINEP, do CNPq e da CAPES critérios que incluam: impacto local e regional; soberania sobre dados e conhecimentos estratégicos; interdisciplinaridade e diálogo de saberes; inserção de profissionais da região na região; fomento à bioeconomia da sociobiodiversidade; integração entre conhecimentos científicos e saberes indígenas, quilombolas e tradicionais; inclusão social e equidade; escala e replicabilidade territorial; e monitoramento de impacto.

Articular e fortalecer o ecossistema de iniciativas científicas estratégicas para a Amazônia: reconhecer, conectar e dotar de financiamento continuado as cinco iniciativas estruturantes do campo CT&I amazônico: o Centro de Bioeconomia da Amazônia (CBA); o Centro Integrado de Sociobiodiversidade da Amazônia (CISAM); o Instituto de Tecnologia da Amazônia (AMIT); o Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica e a Rede de Pesquisa e Inovação em Biodiversidade da Amazônia (Rede Bio Amazônia). A articulação dessas iniciativas deve ser coordenada pelo Sistema Regional de CT&I, promovendo complementaridade e evitando sobreposições que diluem recursos e fragmentem agendas.

Fortalecer as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos estados amazônicos como instrumentos centrais do fomento regional: ampliar os repasses federais automáticos e as linhas de cofinanciamento FINEP-FAP, com exigência de contrapartida estadual e metas de redução das assimetrias intraestados, priorizando municípios do interior e do entorno de Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Integrar as FAPs ao projeto “Subsídios para Políticas de CT&I para a Amazônia” (CGEE/MCTI), que articula as fundações estaduais e as secretarias estaduais de CT&I dos nove estados em torno de diagnósticos e agendas comuns para o bioma. Reconhecer as FAPs amazônicas como

parceiras estratégicas da EMBRAPA e do CNPq na estruturação de redes de pesquisa aplicada que cubram os estados atualmente sem unidades dessas instituições — Amapá, Roraima, Acre, Rondônia.

Criar o Fundo Amazônia de Inovação

Territorial: instrumento específico de financiamento de projetos que valorizem conhecimentos locais, biodiversidade e cadeias produtivas sustentáveis com agregação de valor regional. O Fundo deve financiar tecnologias sociais, inovações agroecológicas e agroflorestais, laboratórios comunitários de beneficiamento, certificação e rastreabilidade, além de projetos de pesquisa aplicada conduzidos por redes integradas entre universidades, institutos federais, comunidades tradicionais e organizações produtivas. O Fundo deve prioritariamente apoiar iniciativas de restauração biocultural que articulem recuperação ecológica, saberes tradicionais e protagonismo comunitário, articulando-se com o PLANAVEG, o PSA florestal e os instrumentos do Programa Floresta Mais.

Promover a CT&I como vetor de redução de desigualdades e soberania climática: criar métricas de avaliação do sistema de CT&I concebidas a partir da realidade do bioma amazônico — que não reproduzam os indicadores de publicações e pa-

tentes formulados para economias industriais —, inserindo a perspectiva do desenvolvimento científico regionalizado em todas as políticas públicas nacionais. Mobilizar ativamente professores e pesquisadores das universidades e institutos federais na definição e implementação de políticas sociais, econômicas, científicas e ambientais regionais, reconhecendo que a produção de conhecimento a partir da Amazônia é condição para que o Brasil negocie com propostas técnicas soberanas — e não como receptor passivo de agendas definidas no exterior — nas arenas internacionais de clima, biodiversidade e desenvolvimento. Criar o Instituto de Pesquisa da Foz do Amazonas: reivindicar o apoio da Petrobras para constituir instituição científica dedicada ao bioma costeiro amazônico, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade marinha, os ecossistemas de transição água doce-oceano e os impactos potenciais da exploração de petróleo na foz do Amazonas. Esta iniciativa constitui uma salvaguarda científica prévia e deve ser condição condicionante à qualquer decisão sobre exploração de hidrocarbonetos na região, assegurando que eventuais decisões de política energética sejam precedidas de conhecimento técnico produzido por instituições brasileiras com autonomia científica.

Diretrizes e propostas para políticas de meio ambiente e transição justa

Fortalecer a cooperação científica Sul-Sul e Pan-amazônica: monitorar as mudanças climáticas e compartilhar dados sobre biodiversidade e desenvolvimento conjunto de tecnologias de adaptação e mitigação adequadas ao bioma.

Integrar as três convenções do Rio na política ambiental e climática amazônica — Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, Convenção sobre Diversidade Biológica e Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação —, hoje tratadas de forma isolada e desarticulada.

Elaborar um “Mapa do Caminho” da transição energética para a Amazônia: articular desmatamento zero com industrialização ecologicamente responsável. Universalizar a energia solar nas comunidades e reduzir o custo das placas fotovoltaicas. Adotar a meta de 1,5°C como parâmetro da política climática na Amazônia: considerar o risco de se alcançar 3,5°-4°C na região, e usar o diferencial de produtividade entre áreas preservadas e desmatadas como argumento técnico

a favor da conservação.

Implementar o monitoramento do desmatamento e da degradação florestal: criar redes de monitoramento da degradação florestal com instrumentação adequada (além dos sistemas INPE/MapBiomas atuais), e fortalecer o INPA e demais institutos de pesquisa amazônicos com orçamento estratégico proporcional ao seu papel nacional. Priorizar tecnologias desenvolvidas na Amazônia — satélites, sensores, drones e sistemas de geoprocessamento — com capacidade de produção e manutenção regional, reduzindo a dependência de tecnologias externas ao bioma.

Implementar política de adaptação climática com foco nas populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas: vincular o financiamento climático internacional a planos de adaptação elaborados com participação dessas comunidades. A adaptação climática precisa ser feita localmente, em cada comunidade ou município, não como estratégia única. Reconhecer o valor econômico, ecológico e civilizatório da floresta: incorporar nas mé-

tricas de CT&I os serviços ecossistêmicos, os sistemas produtivos baseados em biodiversidade e o conhecimento tradicional associado. Integrar as políticas científica, ambiental e econômica e reequilibrar as estratégias de bioeconomia em função da biodiversidade amazônica, reconhecendo que as metas de bioeconomia dependem diretamente da conservação da biodiversidade.

Reconhecer os serviços climáticos transfronteiriços — rios voadores:

reconhecer os serviços hidrológicos prestados pela Amazônia ao restante do território nacional como ativo estratégico da segurança energética brasileira, incorporando essa dimensão nas contas nacionais e nos argumentos de financiamento climático internacional. Implementar a estratégia de restauração biocultural: articular a recuperação ecológica, serviços ecossistêmicos, cultura, saberes tradicionais e protagonismo comunitário. Elaborar política pública para conter a degradação da floresta em pé, especialmente por incêndios, exploração desordenada, garimpo e efeitos de secas intensas. Incorporar a degradação florestal, a restauração produtiva, a gestão territorial e a valorização das comunidades como sujeitos da recuperação ecológica. Integrar

PLANAVEG, PSA, Floresta Mais e instrumentos climáticos a uma agenda de restauração biocultural com protagonismo de povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e organizações locais. Esta estratégia articula-se com as propostas de Fundo Amazônia de Inovação Territorial e Plataforma Nacional de Integração Conhecimento-Território (Eixo IV) e com as diretrizes de bioeconomia da sociobiodiversidade (Eixo V). Reconhecer os direitos das comunidades tradicionais sobre os conhecimentos e recursos genéticos da biodiversidade amazônica: criar mecanismos de repatriação de conhecimentos historicamente apropriados sem retorno às populações de origem.

Criar rede ou plataforma de governo dedicada aos povos indígenas e comunidades tradicionais:

enfrentar o abandono dos municípios e conflitos com a ocupação de terras e empreendimentos logísticos. Garantir o cumprimento dos protocolos de consulta e o acesso direto de lideranças ao Presidente da República. Tratar o conflito entre a expansão da soja e a segurança das comunidades no Tapajós como nó crítico do planejamento territorial, com instrumentos específicos de mediação e fiscalização.

Eixo V -A Amazônia como Vetor Estratégico do Desenvolvimento Nacional

Compreender a Amazônia como eixo estratégico do desenvolvimento nacional implica reconhecer a região como base material, científica, territorial, ecológica e social de um projeto de nação soberana, capaz de articular diversidade biológica, saberes tradicionais, economias territorializadas e inovação tecnológica em torno de uma estratégia comum. A questão central que atravessou os debates foi a necessidade de superar o padrão histórico de inserção subordinada da região, caracterizado pela exportação de commodities de baixo valor agregado, pela apropriação privada de terras públicas, pela especialização primário-exportadora e pela fragilização das economias que mantêm a floresta em pé, produzem alimentos, geram conhecimento e preservam formas próprias de organização social. Esse padrão não é uma fatalidade geográfica, mas resultado de escolhas políticas e institucionais que podem — e precisam — ser revertidas.

Há convergência em torno da tese de que o desenvolvimento amazônico não pode ser reduzido ao crescimento econômico nem a políticas ambientais isoladas. A Amazônia é um território de produção de futuro. A dimensão econômica, a questão fundiária, a proteção social, a ciência e tecnologia, a restauração ecológica, a segurança

alimentar, os direitos territoriais e a valorização cultural aparecem como partes de uma mesma arquitetura — interdependentes e indissociáveis. Um programa de governo que trate esses elementos de forma fragmentada reproduz, sob novos rótulos, a lógica que se pretende superar.

A produção da bioeconomia amazônica organiza-se em torno de duas grandes rotas tecnológicas complementares. A primeira baseia-se no manejo dos ecossistemas florestais existentes: extrativismo qualificado, manejo comunitário da floresta, pesca manejada, coleta de sementes, uso controlado de madeira certificada. A segunda baseia-se na construção de sistemas agroflorestais (SAFs): implantação de policultivos multiestrato que combinam espécies nativas com cultivos alimentares, medicinais e industriais, transformando áreas degradadas ou subutilizadas em sistemas produtivos biologicamente complexos. Nessas rotas, o elemento central é o mesmo: a produção econômica depende do uso da diversidade biológica como ativo produtivo, e não da sua substituição. Reconhecer essas rotas é indispensável para a formulação de políticas de CT&I, crédito, ATER e política industrial adequadas — pois cada rota tem demandas tecnológicas, ciclos produtivos, necessidades

de infraestrutura e formas de organização distintos.

A bioeconomia da sociobiodiversidade, a restauração biocultural, o trabalho digno, a economia solidária, a ciência, tecnologia e inovação, a proteção territorial e a governança democrática precisam ser articuladas como dimensões de uma mesma es-

tratégia. Para isso, o Estado brasileiro precisa reorientar crédito, financiamento, pesquisa, assistência técnica, compras públicas, infraestrutura, fiscalização e política fundiária para as economias territorializadas, corrigindo assimetrias institucionais históricas e construindo instrumentos compatíveis com a diversidade biológica, social e territorial da região.

Diretrizes e propostas para o desenvolvimento amazônico, bioeconomia da sociobiodiversidade

Reconhecer a floresta amazônica como o maior sistema produtivo do planeta: definir políticas públicas para todas as atividades industriais, farmacêuticas, alimentares, da construção civil e da cosmética derivadas da biodiversidade. Pesquisa e crédito diferenciados para desenvolvimento de cadeias biodiversas, incluindo o FNO. Construção de um mercado de bioeconomia robusto e territorialmente ancorado, com cadeias de valor que beneficiem prioritariamente as comunidades que conservam a floresta.

Criar um Plano Nacional para a Bioeconomia da Sociobiodiversidade Amazônica: reconhecer a flo-

resta, os povos e comunidades tradicionais e seus saberes como sujeitos centrais da política; estruturar redes territoriais de ciência, tecnologia e inovação e assistência técnica para a agroecologia, o manejo comunitário, a restauração biocultural e a bioeconomia de escala territorial, com fortalecimento da Embrapa, das universidades e dos institutos federais como âncoras institucionais das cadeias da sociobiodiversidade; expandir cursos de especialização em bioeconomia, sustentabilidade e desenvolvimento territorial; incentivar a permanência de jovens nos territórios por meio da formação profissional e da inovação; apoiar polos industriais regionais —

bioindústria, alimentos, cosméticos, fármacos, fibras, óleos, pescado e madeira manejados —, reconhecendo a Amazônia como fonte de produtividade, renda e inovação; reorientando o BASA, o Fundo Amazônia e o FNO para as economias territorializadas, com critérios de protagonismo comunitário, rastreabilidade e valor de origem. Criar instrumentos específicos de financiamento com governança compartilhada entre estados, municípios, movimentos sociais e governo federal A estratégia de restauração biocultural — que articula recuperação ecológica, serviços ecossistêmicos e protagonismo comunitário — é componente estruturante deste plano (Eixo IV).

Implementar políticas de transição ecológica com critérios de inclusão social, justiça territorial e democratização do acesso à terra: adotar critérios para as políticas de restauração além das métricas de hectares recuperados ou carbono sequestrado, que podem canalizar recursos para nova fronteira de valorização patrimonial. Associar restauração ambiental a reforma agrária agroflorestal, proteção de territórios coletivos, PSA redistributivo, recuperação produtiva de áreas degradadas e fortalecimento da sociobiodiversidade.

Implementar política de regularização fundiária para o desenvolvimento sustentável: regular o mercado de terras, a grilagem, a concentração

fundiária e a formação de ativos fundiários desflorestados. Criar instrumentos de bloqueio da grilagem, revisão de títulos irregulares, destinação de terras públicas, observatório do mercado de terras, reforma agrária agroflorestal associada à restauração produtiva, considerando os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais (Eixo II).

Criar o programa nacional de assentamentos agroflorestais da Amazônia: nova geração de reforma agrária orientada à produção agroflorestal, à restauração ecológica e à bioeconomia — com assentamentos projetados desde a origem com base em SAFs, manejo florestal, produção de alimentos e recuperação de áreas degradadas. Destinar, prioritariamente, as terras públicas para agricultores familiares, agroextrativistas, povos e comunidades tradicionais. Garantir, nos assentamentos, estrutura completa: ATER permanente, crédito de instalação específico para SAFs, infraestrutura produtiva, energética, digital e logística, agroindústrias cooperativas e integração a compras públicas e mercados territoriais, PSA para famílias assentadas que recuperem vegetação, conservem biodiversidade e produzam com base agroflorestal.

Adequar crédito, financiamento e compras públicas à realidade amazônica: adequar crédito, garantias, fundos de aval e compras públicas para produtos da sociobiodiver-

sidade, com metas de aquisição por escolas, hospitais, universidades, restaurantes populares e programas de segurança alimentar.

Definir o lugar da Amazônia na estratégia nacional de minerais críticos:

construir marco institucional que articule soberania nacional, direitos territoriais e desenvolvimento sustentável. Conduzir o processo de Consulta prévia, livre e informada previsto na Convenção 169 da OIT antes de qualquer licenciamento; garantir participação direta das comunidades nos royalties — não como beneficiário passivo, mas como parte da governança do empreendimento. Participar o estatal obrigatoriamente na cadeia de valor, vedando a concessão ao mercado privado; compromisso de uso civil e pacífico dos minerais estratégicos, impedindo que o nióbio e as terras raras amazônicas alimentem complexos militares de potências estrangeiras. Vincular as concessões minerais a exigências de P&D local; criar programas de graduação e pós-graduação em metalurgia de minerais estratégicos; desenvolver tecnologia nacional de processamento de nióbio e terras raras, em cooperação com a Sudeco Sul Global. Elaborar plano de recuperação ambiental das áreas mineradas; integrar a política de mineração à estratégia nacional de defesa e de segurança pública na Amazônia.

Expandir o Polo Industrial de Manaus para o interior do Amazonas:

criar Distritos Industriais Temáticos Territoriais (DITTs), organizados por calha de rio e perfil de recursos naturais renováveis, assegurado o mesmo regime fiscal da ZFM e garantida a autonomia de condução dos modelos produtivos, com protagonismo dos governos estadual e municipais, das comunidades locais e das instituições amazônicas de ciência, tecnologia e inovação. O desenvolvimento da interiorização da indústria no marco legal da ZFM considerará a biodiversidade, a adaptabilidade e os conhecimentos tradicionais no desenvolvimento de processos industriais com focos em biotecnologia, bioenergia, produtos da floresta e alimentos do futuro.

Revisar as contrapartidas Polo Industrial de Manaus:

negociar contrapartidas ao desenvolvimento local como condição dos incentivos. Revisar o modelo de contrapartidas do PIM, exigindo encadeamento produtivo regional.

Promover o turismo sustentável:

orientar o programa por critérios de sustentabilidade, controle comunitário e não predação. Apoiar turismo ecológico, de experiência, observação e base comunitária, com protagonismo local, infraestrutura adequada, qualificação, proteção cultural e ambiental e integração a circuitos territoriais. Promover articulação entre instâncias regionais e federais para a implementação da política de desenvolvimento regional: criar instân-

cia interministerial coordenadora da política de desenvolvimento para a Amazônia, ampliando a responsabilização climática para além do MMA e incorporando energia e transportes. Fortalecer o Consórcio da Amazônia Legal para que opere em articulação

com a agenda federal; estratégico para articulação das agendas são os concursos públicos territorializados e o acesso de quadros técnicos formados na Amazônia a cargos do governo federal.

Diretrizes e propostas para a política fiscal do desenvolvimento sustentável

Garantir soberania fiscal e orçamentária para o desenvolvimento sustentável: enfrentar o debate sobre as emendas impositivas do Congresso Nacional, que sequestram parte da riqueza coletiva, e os limites impostos pelo marco fiscal ao investimento público, considerando a urgência climática e a questão amazônica. Revisar o Decreto-Lei 288/2967 (Zona Franca de Manaus) para adaptar os incentivos fiscais à lógica da sociobioeconomia. Utilizar instrumentos tributários como fator de desincentivo a atividades degradantes (garimpo, madeira ilegal, agronegócio predatório). Utilizar incentivos fiscais seletivos para atividades estratégicas da bioeconomia amazônica. Tributação progressiva sobre a exportação de matéria-prima bruta (cacau, açaí, andiroba, nióbio

etc.) combinada com desoneração do produto processado e industrializado na Amazônia. Criar sistema nacional de cobrança de royalties sobre o uso comercial da sociobiodiversidade amazônica — invertendo a lógica colonial em que o Brasil exporta matéria biológica e importa o produto processado patentado. Regular o mercado de carbono como instrumento de financiamento cruzado e vincular parte da receita desse mercado a um fundo específico para a Amazônia, com gestão territorial.

Incentivar o beneficiamento completo dos minerais estratégicos na região: desonerar o produto acabado produzido na Amazônia, onerar a exportação do minério bruto. Não exportar óxidos e importar o produto.

Elaborar com urgência planejamento estratégico para enfrentar o cenário pós-2032: definir com urgência a política que substituirá os incentivos fiscais estaduais que acabam em 2033. Criar alternativas que minimizem o

impacto sobre as indústrias da Amazônia sob pena de provocar uma nova onda de desmatamento por reconversão das atividades industriais às atividades primárias.

Diretrizes e propostas para as políticas de economia solidária

Ressignificar a solidariedade como princípio produtivo amazônico: incorporar esse princípio às políticas públicas, reconhecendo que as formas coletivas de organização econômica — mutirão, puxirum, ajuri, manejo comunitário — já representam economia solidária em ação. A política pública deve reconhecê-las, protegê-las e escalá-las.

Territorializar os instrumentos da economia solidária: adaptar os instrumentos hoje existentes — microcrédito, compras públicas, fundo de garantia, cooperativismo às realidades fluviais, ribeirinhas e indígenas. Incluir produtos da sociobiodiversidade nas metas de compras públicas — merenda escolar, farmácias populares, hospitais; criar fundo de aval es-

pecífico para empreendimentos solidários amazônicos.

Promover a economia solidária como eixo de inclusão produtiva nas cadeias da bioeconomia: fortalecer as cadeias da sociobiodiversidade: cooperativas de extrativistas (castanha, açaí, borracha, andiroba), associações de pescadores artesanais, quebradeiras de coco, manejadores florestais, produtoras de artesanato e cosméticos naturais. Promover os serviços como eixo da economia solidária amazônica : fortalecer a economia de serviços, nos bairros e comunidades — saúde comunitária, educação de alternância, turismo de base comunitária, logística fluvial, mediação cultural, cuidados. Criar fomento específico para empreendimentos solidários de

serviços em municípios do interior amazônico, articulada com a política de cuidados (Eixo I) e com o SUS (Eixo III). Promover o consumo consciente e o comércio justo: promover o consumo de produtos amazônicos nas cidades da região e em todo o país;

implantar plataforma de comércio justo digital para produtos da socio-biodiversidade, com rastreabilidade e certificação comunitária; exigir selos socioambientais amazônicos em compras governamentais.

Diretrizes e propostas para as políticas de trabalho e proteção social

Promover o trabalho e a proteção social: articular geração de emprego e renda com proteção social, redução da precarização; fortalecer o Ministério do Trabalho, promover a economia solidária, a qualificação para cadeias da sociobiodiversidade e a política nacional de cuidados com dimensão específica para a Amazônia (Eixo I).

Fomentar as iniciativas produtivas indígenas e de mulheres amazônicas: reconhecer o trabalho produtivo das mulheres nas cadeias da socio-biodiversidade, com acesso a crédito, ATER e previdência. Priorizar demarcação, desintrusão, proteção territorial, saúde e educação diferenciadas, saneamento, crédito específico e participação política. Reconhecer o trabalho tradicional amazônico: instituir

regime previdenciário especial para trabalhadores da floresta, análogo ao da agricultura familiar, com critérios adequados à realidade regional. Reconhecer a produção de extrativistas pescadores artesanais, coletores de sementes, seringueiros, quebradeiras de coco e ribeirinhos.

Fortalecer o sistema de fiscalização do trabalho na Amazônia Legal: proteger contra trabalho escravo e análogo à escravidão nas cadeias produtivas da fronteira. Combater o trabalho forçado nas cadeias do garimpo, da pecuária extensiva e do desmatamento criminoso na Amazônia.

Formar trabalhadores para as cadeias produtivas da sociobiodiversidade: instituir sistema amazônico de formação profissional vinculado às

cadeias produtivas da bioeconomia — articulando com o SENAI, Ifes, escolas técnicas e com os arranjos produtivos locais.

Proteção coletiva do trabalho e revogação dos retrocessos: revogar os dispositivos da reforma trabalhista que flexibilizaram a negociação individual em prejuízo das coletivas; am-

pliar a inspeção do trabalho na Amazônia Legal com quadro próprio e ação territorial; ratificar e implementar a Convenção 169 da OIT em sua dimensão trabalhista; regulamentar os trabalhadores de plataforma na Amazônia conforme a nova Convenção OIT aprovada em 2025, com atenção às especificidades urbanas de Manaus e Belém.



Foto: Neil Palmer



Anexo I – Documentos entregues aos organizadores do Seminário

Amazônia soberana, Brasil soberano. A Amazônia como vetor estratégico de desenvolvimento nacional. Noval Benayon (professor-UFAM)

Bases para uma política de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia. Org.: Celso Pansera, Ferenando Peregrino, Ima Vieira, Raimunda Monteiro, Rodrigo Rollemberg e Verena Hitler. FINEP, MCTI. Manaus, 2025.

Bioeconomia e desenvolvimento: possibilidades e desafios para a Amazônia. Francisco de Assis Costa (professor - UFPA)

Carta Política -Agroecologia nas eleições 2026. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Carta ao presidente Lula. Comitê po-

pular de luta – Manaus, 2022.

Como a fronteira agrícola vê as relações internacionais. FGV/RI, 2026.

Considerações sobre o plano de governo “Pelo Brasil e pelos brasileiros”. Girolamo Teccrani (professor-UFPA)

Contribuição ao plano de governo “Pelo Brasil e pelos brasileiros”. Soberania Territorial na Amazônia. Cássio Pereira (pesquisador – IPAM)

Contribuições da Fundação Verde Herbet Daniel para os 13 eixos do Programa de Governo. José Carlos Lima (PV-PA)

Doutrina brasileira de soberania Amazônica: três teses para um plano de governo de defesa territorial, am-

biental, social, econômica, cultural e tecnológica da Amazônia. Fernando Sergio Escócio de Faria

Estrutura do espaço mato-grossense. Doriane Azevedo (professora-U-FMT)

Governança, democracia e soberania territorial na Amazônia: desafios estruturais e caminhos para a construção de um novo caminho. Fábio Pacheco (ANAAmazonia / CNAPO – MA)

Mais Saúde Amazônia Brasil: soberania, equidade e inovação no coração do Brasil. Paulo de Tarso (professor – UFPA)

Pacto participativo para uma política de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento da Amazônia. FINEP, CDESS, MCTI, MDIC. Manaus, 2024

Propostas de C,T e I para a Amazônia. NAPP Ciência Tecnologia e Inovação – subgrupo Amazônia

Propostas do Setorial Nacional Indígena do PT

Reflexões acerca da urbanodiversidade das cidades amazônicas. Or-

ganizadores: Ana Claudia Cardoso (PPGAU/UFPA) e José Carlos Matos Pereira (MN/UFRJ)

Relatório Síntese do seminário “Zona Franca de Manaus com enfoque nas perspectivas para uma economia sustentável na Amazônia”. Organizador: Ricardo Souza (PT-Amazonas)

Segurança e combate à violência, nas cidades, no campo e nos territórios indígenas e nas fronteiras – Jarbas Vasconcelos (PT-PA)

Segurança Pública na Amazônia. Flávio Werneck (PF)

Segurança, sustentabilidade e solidariedade. O desafio coletivo de elaborar um novo modelo de desenvolvimento humano. João Cláudio Tupinambá Arroyo (professor – UNAMA)

Saberes e seres da Amazônia são riquezas do Brasil. Fundação Perseu Abramo. Ciclo de debates dez/2021 a março/2022.

Soberania territorial na Amazônia. Governança, democracia e soberania territorial. José Helder Benatti (professor-UFPA)



Foto: Fernando Frazão

Anexo II - Participantes

1. Abner Santos
2. Ademir Ramos
3. Adilson Vieira
4. Airton Faleiro
5. Aldecy Moraes
6. Aldenir Cadete de Lima Cadete
7. Alessandra Korap (Munduruku)
8. Alfredo Wagner
9. Ana Cláudia Cardoso
10. Ana Euler
11. Ana Julia Carepa
12. Ana Maria Freire De Andrade
13. André Tokarski
14. Ane Márcia
15. Anne Moura
16. Antonio Melo Silva
17. Aparecido Felis
18. Apolonio Brasileiro
19. Artur Henrique
20. Benedito Paulo de Albuquerque
21. Beto Ribeiro
22. Binho Marques
23. Bira Soares
24. Brenno Almeida
25. Carlos Alberto Pereira Marques
26. Carlos Eduardo Rosas de Miranda

- | | |
|---------------------------------|-------------------------------------|
| 27. Carlos Matos | 54. Eliel Guarani Kaiowá |
| 28. Carlos Pires | 55. Elisa Wandelli |
| 29. Carlos Rebello | 56. Elton Carvalho |
| 30. Cássio Pereira | 57. Erasmo Theofilo |
| 31. Cezar Alvarez | 58. Ernani |
| 32. Chico Melo | 59. Esther Albuquerque |
| 33. Cidinha Moura | 60. Eterlene Castelo Duca |
| 34. Claudia Ferreira dos Santos | 61. Evilene Paixao |
| 35. Claudinha Lima | 62. Fabio Pacheco |
| 36. Clesneide Vieira Marques | 63. Fátima Cleide |
| 37. Conceição Martins | 64. Fernando Santiago |
| 38. Crisanto Rudzo Tseremey Wa | 65. Flavio Werneck |
| 39. Cristina Caetano | 66. Francisco de Assis Costa |
| 40. Danielle Wagner | 67. Francisco Miguel Lopes da Silva |
| 41. Dão Real Pereira dos Santos | 68. Gabrielli Azevedo |
| 42. Delfem Ferreira | 69. Gilberto Câmara |
| 43. Denise Paixão Nunez | 70. Gilherme Carvalho |
| 44. Deodato Ferreira | 71. Giliate Coelho |
| 45. Dionisia Nagahama | 72. Gilmar Pereira |
| 46. Diovana | 73. Girolamo Domenico Treccani |
| 47. Djacir Melquior da Silva | 74. Gizelia da Silva Souza |
| 48. Doriane Azevedo | 75. Glaucia |
| 49. Edel Moraes | 76. Gracimar Viégas |
| 50. Edinea Dias | 77. Guto Amazônia |
| 51. Edna Castro | 78. Helena Nahum |
| 52. Eglê Wanzeler | 79. Ima Vieira |
| 53. Eliakin Rufino | 80. Izaura Rocha |

- | | |
|--------------------------------|---|
| 81. Jacqueline Freire | 107. Luiz de Souza |
| 82. Jaira Silva | 108. Luiza Brazuna |
| 83. Janio Aquino | 109. Manoel Andrade |
| 84. Jaqueline Ferrari | 110. Manoel Edvaldo Santos |
| 85. Jarbas Vasconcelos | 111. Marcelo Ramos |
| 86. Jessica Pontes | 112. Márcia Regina |
| 87. Jim Bahia | 113. Márcia Regina |
| 88. João Batista | 114. Marciana Melquior da Silva |
| 89. João Capiberibe | 115. Margarete MMJ |
| 90. João Cláudio Arroyo | 116. Maria Dolores Lima da Silva |
| 91. Joci Aguiar | 117. Maria Jose Dantas |
| 92. Joenia Wapichana | 118. Marilene Freitas |
| 93. Jorge Rezende | 119. Mauricio Kenyatta |
| 94. Jose Benatti | 120. Michelliny Bentes |
| 95. José Benatti | 121. Milton Kanashiro |
| 96. José Carlos Lima | 122. Moisés Savian |
| 97. José de Oliveira Barroncas | 123. Murilo Amatneeks |
| 98. José Geraldo Ticianeli | 124. Naiara Torres |
| 99. José Milton Silva | 125. Nazareno dos Santos |
| 100. Joselito Pimentel | 126. Nelita Frank |
| 101. Josi ATAIC | 127. Nilson Gabas |
| 102. Jucilene | 128. Nirvia Ravena |
| 103. Leticia Tura | 129. Nonato |
| 104. Lhano Adorno | 130. Noval Benayon |
| 105. Lucio Xavante | 131. Oeiras - Ação da Cidadania do Pará |
| 106. Luiz borges neto | 132. Paulo Artaxo |

- | | |
|------------------------------|---------------------------------|
| 133. Paulo de Tarso Oliveira | 156. Rosimeire Rodrigues |
| 134. Paulo Melqui | 157. Ruan Bernardo de Brito |
| 135. Paulo Rocha | 158. Ruth Vieira |
| 136. Pedro Júlio | 159. Salazar |
| 137. Pedro Lopes | 160. Salete Gomes |
| 138. Pedro Neves de Castro | 161. Sara Pereira |
| 139. Pedro Silva Barros | 162. Sergio |
| 140. Pere Petit | 163. Sibá Machado |
| 141. Quenes Payayá | 164. Sid Orleans |
| 142. Rafael Calabria | 165. Socorro Castelo Branco |
| 143. Raimunda Monteiro | 166. Suely Melo |
| 144. Raoni Raiol Torres | 167. Tatiana Sá |
| 145. Regina Lino | 168. Tião Viana |
| 146. Ricardo Gomes | 169. Titonho |
| 147. Rildo Simões | 170. Valter Pomar |
| 148. Rita Maria | 171. Vera Lucia Marques Tavares |
| 149. Rita Mota | 172. Vivian Farias |
| 150. Roberta Cristina | 173. Wagner Romão |
| 151. Roberto Porro | 174. Wesley Batista |
| 152. Rosa Neide | 175. Wilza Pinto |
| 153. Rosalina Amorim | 176. Yuri Paulino |
| 154. Rose Scalabrin | |
| 155. Rosi Batista | |



Foto: Arne Müsseler



Foto: Fernando Frazão



Foto: Fernando Frazão



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

